

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	5
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	6
1.5 Principais clientes	7
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	8
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	9
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	10
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	11
1.10 Informações de sociedade de economia mista	15
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	16
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	17
1.13 Acordos de acionistas	18
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	19
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	20
1.16 Outras informações relevantes	21
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	22
2.2 Resultados operacional e financeiro	32
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	33
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	40
2.5 Medições não contábeis	41
2.6 Eventos subsequentes as DFs	42
2.7 Destinação de resultados	43
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	45
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	46
2.10 Planos de negócios	47
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	49
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	50
3.2 Acompanhamento das projeções	51

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	52
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	60
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	61
4.4 Processos não sigilosos relevantes	63
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	67
4.6 Processos sigilosos relevantes	68
4.7 Outras contingências relevantes	69
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	70
5.2 Descrição dos controles internos	71
5.3 Programa de integridade	72
5.4 Alterações significativas	75
5.5 Outras informações relevantes	76
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	77
6.3 Distribuição de capital	94
6.4 Participação em sociedades	95
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	96
6.6 Outras informações relevantes	97
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	98
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	100
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	101
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	102
7.4 Composição dos comitês	112
7.5 Relações familiares	114
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	115
7.7 Acordos/seguros de administradores	116
7.8 Outras informações relevantes	117
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	118

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	119
8.3 Remuneração variável	123
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	124
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	125
8.6 Outorga de opções de compra de ações	126
8.7 Opções em aberto	127
8.8 Opções exercidas e ações entregues	128
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	129
8.10 Outorga de ações	130
8.11 Ações entregues	131
8.12 Precificação das ações/opções	132
8.13 Participações detidas por órgão	133
8.14 Planos de previdência	134
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	135
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	136
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	137
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	138
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	139
8.20 Outras informações relevantes	140
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	141
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	143
9.4 Outras informações relevantes	144
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	145
10.1 Descrição dos recursos humanos	146
10.2 Alterações relevantes	147
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	148
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	149
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	150
10.5 Outras informações relevantes	151
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	152
11.2 Transações com partes relacionadas	153
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	232
11.3 Outras informações relevantes	234
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	235
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	236
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	237
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	279
12.5 Mercados de negociação no Brasil	280
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	281
12.7 Títulos emitidos no exterior	282
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	283
12.9 Outras informações relevantes	284
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	285
13.1 Declaração do diretor presidente	286
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	289
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	292

1.1 Histórico do emissor

1.1. Histórico do Emissor

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia” ou “Banco RCI Brasil”) foi constituído em 12 de setembro de 1968, na cidade de São Paulo, sob a forma de uma sociedade limitada.

Em 13 de fevereiro de 1970, a Companhia foi transformada em uma sociedade por ações.

Em 08 de novembro de 1999, a Companhia alterou seu objeto social, passando a atuar no setor de arrendamento de bens imóveis e quaisquer bens móveis, tais como: máquinas, equipamentos e veículos.

Em 29 de novembro de 1999, a RCI Banque S.A., instituição financeira francesa do Grupo Renault (“RCI Banque”), especializada no segmento do financiamento de automóveis e o Banco Sudameris Brasil S.A. (antigo controlador indireto da Companhia) celebraram um contrato de parceria que tinha como objetivo estabelecer as modalidades de cooperação entre tais partes, visando à tomada de decisões conjuntas, com intuito de financiar exclusivamente as filiais, concessionárias e agentes autorizados pela Renault no território nacional e seus clientes. Referido contrato permanece em vigor até a presente data.

Como forma de implementar a parceria mencionada acima, em 03 de abril de 2000, a RCI Banque adquiriu 60% do capital social da Companhia, cujo controle à época era detido pelo Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. (“BCIS”), instituição financeira pertencente ao Grupo Sudameris, que permaneceu com participação acionária correspondente a 40% do capital social da Companhia.

Ainda, em 03 de abril de 2000, os acionistas firmaram o Acordo de Acionistas da Companhia, a fim de disciplinar o seu relacionamento na qualidade de acionistas titulares de ações representativas do controle do capital da Companhia, para efeitos do art. 118 da Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), conforme alterada, sendo que referido acordo permanece em vigor até a presente data.

Em 2003, a Banca Intesa Spa, mediante a assinatura de um contrato de compra e venda de ações, transferiu o controle acionário do Banco Sudameris Brasil S.A., principal acionista do BCIS, então acionista da Companhia, para o Banco Real S.A. (“Banco Real”). Em 31 de agosto de 2007, o Banco Real incorporou o Banco Sudameris Brasil S.A., e passou a ser, de forma indireta, o detentor de 40% do capital social da Companhia.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., uma sociedade criada mediante a associação entre o Banco Santander (“Santander Espanha”), The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO Holding N.V. então controlador indireto do Banco Real.

Dessa forma, o Santander Espanha, em 24 de julho de 2008, assumiu o controle acionário indireto do Banco Real que foi incorporado ao grupo econômico do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander Brasil”) (“Grupo Santander”) para consolidar seus investimentos no Brasil. Naquela ocasião, o controle direto da Companhia era detido pelo BCIS, que por sua vez era controlado pelo Banco Real.

1.1 Histórico do emissor

Em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander Brasil e foi extinto como pessoa jurídica independente. A incorporação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em novembro de 2011.

Em 31 de agosto de 2009, em assembleias gerais extraordinárias do Santander Brasil e do BCIS, foi aprovada a incorporação do BCIS pelo Santander Brasil, com a extinção do BCIS e sua sucessão pelo Santander Brasil em todos os seus bens, direitos e obrigações. A incorporação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 28 de outubro de 2011.

Em 31 de maio de 2012, em assembleia geral extraordinária da Companhia, à época denominada Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil, foi aprovada a incorporação da totalidade de suas ações pela Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, com a consequente conversão da Companhia em subsidiário integral da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil. A incorporação de ações foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 28 de agosto de 2012.

Em 21 de julho de 2015, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a transformação da Companhia em banco múltiplo, com as carteiras de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento. Na mesma assembleia, também foi alterada a denominação social da Companhia, passando de Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil para Banco RCI Brasil S.A. As modificações foram homologadas pelo Banco Central do Brasil em 28 de outubro de 2015.

Em 29 de janeiro de 2016, a Companhia incorporou a Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (a “Financeira RCI Brasil”), nos termos do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Financeira RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil (o “Protocolo de Incorporação” e a “Incorporação”) celebrado em tal data, os quais foram aprovados em assembleias gerais extraordinárias da Banco RCI Brasil e da Financeira RCI Brasil (as “Companhias”) realizadas na referida data. Com a efetivação da incorporação, a Financeira RCI Brasil foi extinta e todos os seus bens, direitos, haveres, obrigações e responsabilidades passaram, automaticamente, ao acervo patrimonial do Banco RCI Brasil, que sucedeu a Financeira RCI Brasil em todos os seus direitos e obrigações, independentemente de quaisquer outras formalidades além das previstas em lei. A incorporação foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 22 de agosto de 2016.

Em 26 de março de 2019, a fim de diversificar seus produtos e meios de captação, o Banco RCI Brasil lançou o produto de Certificado de Depósito Bancário (CDB) por meio de uma plataforma on-line de para pessoas físicas no mercado brasileiro.

Em Julho de 2022, alinhado com o posicionamento global do Grupo, a Companhia adotou também a marca comercial Mobilize Financial Services com objetivo de se adequar às demandas de mobilidade decorrentes do mercado em que está inserida em razão dos novos estilos de vida de clientes das empresas da Aliança Renault-Nissan-Mitsubishi em todo o mundo. Com isso, a Companhia buscará propiciar e estimular uma mobilidade sustentável para todos, por meio do desenvolvimento de uma gama completa de serviços para acelerar a transição para uma nova mobilidade.

1.1 Histórico do emissor

O Banco RCI Brasil S.A. pretende atingir um novo marco no desenvolvimento de suas atividades ao tornar-se a Mobilize Financial Services, vez que pretende que referida marca seja referência para todas as demandas de mobilidade e serviços financeiros relacionadas a veículos. A Mobilize Financial Services deseja utilizar sua experiência e liderança em termos de satisfação de clientes para apoiar o crescimento da nova marca nos segmentos de varejo e de frotas de veículos. Assim, a nova marca vai incrementar as atividades de financiamento de veículos e operações financeiras, facilitando o acesso a uma mobilidade mais verde e sustentável para todos os clientes do Banco RCI Brasil S.A.

A partir de 2025, em decorrência da parceria estratégica entre o Renault Group e o Geely Holding Group, a Renault do Brasil passou a distribuir e comercializar veículos da marca Geely no país, incluindo modelos de zero e baixas emissões, por meio de sua rede de concessionárias e estrutura comercial.

Nesse contexto, o Banco RCI Brasil S.A., como braço financeiro do ecossistema Renault (Mobilize Financial Services), passou também a financiar veículos da marca Geely, ampliando seu escopo de atuação e reforçando sua estratégia de oferecer soluções financeiras integradas à mobilidade, acompanhando a diversificação das marcas e produtos no mercado brasileiro.

A Companhia não possui formalmente um programa de expansão das atividades e o seu desenvolvimento e crescimento não foi influenciado diretamente por decisões políticas, mas sim pela expansão das marcas Renault e Nissan no país, o que por consequência fez com que ao longo dos anos a Companhia se desenvolvesse.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

O Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") é uma instituição financeira integrante do grupo econômico da RCI Banque S.A., instituição financeira francesa ("Grupo RCI Banque"), e do grupo econômico do Santander S.A. no Brasil, que iniciou as suas atividades operacionais em junho de 2000. Em 2022, o grupo teve um reposicionamento de marca, sendo adotado a nível global a marca Mobilize Financial Services. Esta estratégia global busca refletir o objetivo do Grupo de fornecedor soluções de mobilidade para seus clientes, sempre com foco em inovação, tecnologia e observando a responsabilidade da Companhia em seu impacto social e ambiental.

O Grupo Mobilize Financial Services está presente em mais de 36 países. A Companhia realiza operações de investimento, arrendamento mercantil e financiamentos através de operações de crédito, bem como demais atividades permitidas às entidades da espécie de acordo com as disposições legais e regulamentares, atendendo à demanda dos clientes pessoas jurídicas e de consumidores pessoas físicas que optam por um dos produtos oferecidos pela instituição como forma de viabilizar a aquisição de veículos das marcas Renault, Geely e Nissan.

Até dezembro de 2015 era uma instituição que tinha como seu principal produto o arrendamento mercantil de veículos, sendo que a partir de janeiro 2016, com a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, passou a atuar no mercado de financiamentos e demais atividades permitidas às instituições financeiras da espécie, de acordo com as disposições legais e regulamentares, adicionando a sua atividade o financiamento de veículos, novos e usados, para pessoa física e jurídica que optem pelo financiamento como forma de aquisição de veículos, das marcas Renault, Geely e Nissan.

A Companhia atua no Brasil, junto à rede de concessionárias Renault, Geely e Nissan, oferecendo aos clientes produtos financeiros e sua atuação está diretamente relacionada ao desempenho da indústria automobilística nacional, mais especificamente ao desempenho da indústria nacional de veículos das marcas Renault, Geely e Nissan. As atividades da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradas no mercado financeiro.

A Companhia tem como sua sede a cidade de Curitiba, Estado do Paraná e, em razão de sua atuação em todo o território nacional, está presente através de seus correspondentes bancários em 151 cidades do país.

A Companhia não é acionista ou controladora de qualquer outra empresa, no Brasil ou exterior.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

O Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") justifica o não preenchimento do item 1.3 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria "B".

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Principais Clientes

O Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") justifica o não preenchimento do item 1.4 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria "B".

1.5 Principais clientes

O Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") justifica o não preenchimento do item 1.5 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria "B".

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

d) - contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não contribui financeiramente, diretamente ou por meio de terceiros, i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos ii. em favor de partidos políticos iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

O Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") justifica o não preenchimento do item 1.7 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria "B".

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

O Banco RCI Brasil S.A. não está sujeito ao efeito de regulação estrangeira nas suas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG)

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) passou a divulgar, a partir do ano-base 2024 (com publicação em 2025), Relatório Anual Integrado contendo informações ASG (Ambientais, Sociais e de Governança), elaborado com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).

A iniciativa reflete o compromisso da Companhia com a transparência e a evolução de suas práticas de reporte, consolidando em um único documento informações financeiras e não financeiras relevantes para seus stakeholders.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A Companhia utilizou como parâmetro para elaboração de suas políticas e divulgação de informações a metodologia utilizada pelas instituições financeiras de mesmo porte, em estrita consonância com a legislação em vigor, em especial a Resolução 4.945/2021 do Conselho Monetário Nacional e a autorregulação SARB 14 da Febraban.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações divulgadas e incluídas no relatório anual integrado não são auditadas e/ou revisadas por entidade independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações é: <https://www.mobilize-fs.com.br/investidores-2/>

Nesta página, clicar em “Relatório Anual” para acessar as informações.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O Relatório Anual Integrado da Companhia detalha o estudo de materialidade e a matriz gerada com base em pesquisa para atualizar tendências globais e brasileiras de sustentabilidade do setor financeiro.

Nesse processo, ouvimos clientes, funcionários e a alta liderança da Companhia, sendo que levamos em conta investidores, consumidores, sociedade civil (não clientes) e regulamentações aplicáveis.

O relatório foca em alguns indicadores principais, como:

- i. Gerenciamento do Risco Socioambiental

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- a. **Análise de Produtos e Serviços:** avaliação e gestão dos potenciais impactos socioambientais negativos por meio do uso de critérios no processo de criação/revisão de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação.
 - b. **Operações:** uma análise sistêmica para verificação de registro ou existência de informações de setores considerados sensíveis pela instituição e Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, publicada pelo Ministério da Economia, Secretaria de Trabalho.
 - c. **Contratos:** Todos os nossos contratos, firmados com clientes ou fornecedores, possuem cláusulas prevendo o compromisso e a obrigatoriedade de cumprir rigorosamente a legislação socioambiental aplicável.
- ii. **Dimensão Social**
- a. **Investimento Social:** mapeamento e gestão das atividades da Companhia que geram um impacto positivo na sociedade por meio do repasse voluntário e sistemático de recursos, de forma monitorada, para projetos sociais de interesse público.
 - b. **Fornecedores:** quanto aos seus fornecedores a Companhia estimula a adoção de práticas socioambientais, em conformidade com a regulamentação existente e as boas práticas do mercado, incorporando o tema em sua própria gestão.
 - c. **Funcionários:** em relação a seus colaboradores, a companhia possui uma gestão voltada à implementação de práticas que prezem pela Saúde e Segurança no Trabalho, Diversidade, Inclusão e Capacitação.
- iii. **Dimensão Ambiental**
- a. **Consumo de Energia:** A Companhia realiza o acompanhamento mensal do consumo de energia de todas as unidades, com foco na identificação de oportunidades de melhoria relacionadas à eficiência energética e redução do impacto ambiental negativo que sua atividade pode causar.
 - b. **Consumo de Papel:** Em sua gestão, a Companhia preza pela adoção de redução de consumo de papel em suas atividades, tendo a formalização de documentos digitais (observando as exigências legais e regulatórias) como um pilar fundamental em todos os processos da Companhia.
 - c. **Geração de Resíduos:** os escritórios administrativos da Companhia possuem procedimentos de coleta seletiva e correta destinação dos resíduos que são produzidos, sendo que os edifícios em que os escritórios da Companhia estão

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

localizados possuem convênios com catadores de materiais recicláveis, para os quais são direcionados os resíduos recicláveis gerados pelos conjuntos do edifício.

- d. Limpeza: A Companhia preza pela utilização de serviços com práticas de limpeza sustentáveis, de modo a tornar o ambiente mais saudável para as pessoas e reduzir o impacto ambiental dos serviços, através do uso de produtos menos tóxicos e menos poluentes, uso de processos que permitem economia de energia elétrica, racionalização no consumo água, uso de aspiradores de pó de maior eficiência, com filtros HEPA (High efficiency particulate air) e com menor nível de ruído, entre outros.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório Socioambiental da Companhia leva em conta todos os ODS da ONU. Os ODS considerados materiais para o negócio da companhia em 2023 foram os ODS 1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16 e 17.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O conteúdo e escopo abordados no relatório são definidos com base em nossa matriz de materialidade, que tem o objetivo de identificar as expectativas, interesses substanciais e os temas considerados como mais relevantes para a sustentabilidade do negócio de nosso ponto de vista e de nossos stakeholders.

A metodologia segue o conceito de dupla materialidade, na qual avaliamos os aspectos ESG por meio de duas lentes: como esses temas impactam o desempenho financeiro da empresa e seu valor empresarial a longo prazo; e como as ações da empresa sobre estes tópicos impactam a sociedade e o meio ambiente.

Ademais, a Companhia utilizou como parâmetro para elaboração de suas políticas e divulgação de informações a metodologia utilizada pelas instituições financeiras de mesmo porte, em estrita consonância com a legislação em vigor, em especial a Resolução 4.945/2021 do Conselho Monetário Nacional e a autorregulação SARB 14 da Febraban.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Em linha com a Política de Responsabilidade Socioambiental, a Companhia tem um projeto de mapear a emissão de gases do efeito estufa e sua pegada de carbono gerada pelas atividades da Companhia, o qual está em andamento e será divulgado assim que finalizado.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não é o caso.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não é o caso.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não é o caso.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não é o caso.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não é o caso.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia passará a divulgar ao público as informações relativas às suas emissões de gases do efeito estufa e seus dados de pegada de carbono assim que finalizado o projeto de mapeamento e seguindo as diretrizes globais estabelecidas pelo Grupo Mobilize Financial Services.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Item não aplicável ao Banco RCI Brasil S.A. por não se tratar de sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante - Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do Banco RCI Brasil S.A. e que não tenham sido mencionadas neste formulário.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital - Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não aplicável. Não houve operações societárias de reorganização, aumento ou redução de capital social do emissor no último exercício social.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não aplicável.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios do Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") nos três últimos exercícios sociais, até 31/12/2025. Relacionamos abaixo as principais alterações realizadas na Companhia nos últimos anos

(i) incorporação das ações da Companhia ao patrimônio da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, aprovada em 31 de maio de 2012;

(ii) alteração, em 27 de outubro de 2015, do objeto social da Companhia para contemplar as atividades de banco múltiplo, com as carteiras de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, e a alteração da razão social da Companhia para Banco RCI Brasil S.A., e

(iii) incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pela Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado em 29 de janeiro de 2016. Com a efetivação da incorporação, a Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil foi extinta e todos os seus bens, direitos, haveres, obrigações e responsabilidades passaram, automaticamente, ao acervo patrimonial da Companhia, que sucedeu a incorporada em todos os seus direitos e obrigações, independentemente de quaisquer outras formalidades além das previstas em lei.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Desde a constituição do Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”), não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este Formulário de Referência foram descritas nos itens anteriores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Condições financeiras e Patrimoniais gerais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais do Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Entendem ainda que a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de endividamento total da Companhia foi de 10,4386. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$350.232 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 12.061.711 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 9,9140.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de endividamento total da Companhia foi de 7,8084. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$393.985 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 10.227.686 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 6,1024.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento total da Companhia foi de 8,1490. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$100.298 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$9.353.572 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 7,6929.

b. estrutura de capital:

Os diretores acreditam que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

Capital - R\$ Mil (exceto %)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	12.699.846	10.782.916	9.908.213
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.216.629	1.493.668	1.218.417
Capital total (terceiros + próprio)	13.916.475	12.276.584	11.126.630
Parcela de capital de terceiros %	91,3	87,8	89,0
Parcela de capital próprio %	8,7	12,2	11,0

Limites Operacionais

Os Diretores afirmam que a Companhia está enquadrado nos limites mínimos de capital social de patrimônio líquido estabelecidos pela regulamentação vigente do Banco Central do Brasil (“Banco Central”).

A Companhia é parte integrante de conglomerado financeiro e de consolidado econômico financeiro do grupo econômico do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Grupo Santander Brasil”) perante o Banco Central e de acordo com a regulamentação vigente, a apuração do Patrimônio de Referência, para fins de cálculo do índice de Basileia (superior ao mínimo de 11%) e limite de aplicação de recursos no ativo permanente, é efetuada em bases consolidadas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Santander Brasil encontra-se enquadrado nos referidos índices.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia afirmam que todas as obrigações referentes aos compromissos financeiros da Companhia, até a data deste Formulário de Referência, estão sendo cumpridas bem como a assiduidade dos pagamentos desses compromissos tem sido mantida.

Os compromissos financeiros assumidos com terceiros em 31 de dezembro de 2025 que representavam 91,3% do total do endividamento da Companhia, e um aumento de 3,4% comparado a 87,8% em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, o comprometimento com terceiros representava 89,0% do total de endividamento.

O montante relacionado às obrigações é devido ao desenvolvimento da carteira de operações de crédito ativa da Companhia. A mesma apresentou os saldos de R\$ 12.848.546, 11.136.125 e R\$ 10.266.136 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

Dessa forma, os Diretores da Companhia entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir com as suas obrigações de curto e médio prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os diretores afirmam que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a Companhia se utiliza de recursos próprios e de terceiros para o financiamento de seu capital de giro. Os recursos de terceiros são oriundos de operações com outras instituições financeiras e partes relacionadas, tais como depósitos interbancários, títulos cambiais com taxas indexadas ao CDI, além de emissão de letras financeiras.

Os Diretores acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. As fontes de financiamento que a Companhia pretende utilizar no futuro para capital de giro e investimentos são as mesmas praticadas até hoje e incluem: financiamento interbancário, emissões de Letras Financeiras e Letras de Câmbio e eventuais cessões de direitos creditórios via Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, os Diretores não vislumbram necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

deficiência de liquidez no curto prazo, os Diretores entendem que a Companhia deve captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

Ademais, os Diretores entendem que as fontes de financiamento que a Companhia pretende utilizar no futuro para capital de giro e investimentos para cobertura de deficiências de liquidez são as mesmas praticadas até hoje e incluem: financiamento interbancário, emissões de Letras Financeiras e Letras de Câmbio e eventuais cessões de direitos creditórios via Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Os Diretores da Companhia esclarecem que, em 31 de dezembro de 2025, o índice de endividamento da Companhia era de 9,91 e em 31 de dezembro de 2024, o índice de endividamento da Companhia era de 6,89, composto na maior parte por depósitos interfinanceiros, recursos de aceites cambiais e letras financeiras. Os Diretores da Companhia esclarecem que, em 31 de dezembro de 2023 o índice de endividamento da Companhia era de 7,68.

Os saldos de empréstimos e financiamentos contratados para os exercícios de 2025, 2024 e 2023 estão indicados na tabela abaixo:

R\$ Mil	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Interfinanceiros	2.903.836	2.640.612	2.732.274
Depósitos a Prazo	49.042	257.175,00	329.074
Outros Depósitos	15.336	13.848,00	16.397
Recursos de Aceites Cambiais	1.722.456	1.339.087	1.209.681
Letras Financeiras	7.233.587	5.311.157	4.414.888
Outros Passivos	775.589	1.221.037	1.205.899
Total	12.699.846	10.782.916	9.908.213

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os diretores afirmam que a Companhia não possui contratos de endividamento relevantes para os exercícios de 2025, 2024 e 2023.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores da Companhia afirmam que não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras para os exercícios de 2025, 2024 e 2023.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial da Companhia, há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa prevista em lei, a qual deve ser respeitada nos termos da legislação brasileira em vigência na época. Especificamente com relação às dívidas financeiras que compõem o endividamento da Companhia, deve ser observada a seguinte ordem de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

pagamento: dívidas garantias por garantia real, dívidas quirografárias e dívidas subordinadas. Vale dizer que, em relação às dívidas com garantia real, os credores preferem aos demais até o limite do ativo dado em garantia e, no quanto sobejar, terão seus créditos incluídos na ordem de pagamento dos credores quirografários entre os credores quirografários, não há grau de subordinação, assim como também não há grau de subordinação entre os diversos credores subordinados.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os Diretores afirmam que não há outras restrições impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos contratos de financiamento da Companhia nesse sentido, exceto no que diz respeito a operações societárias. Nos instrumentos de 1ª, 2ª e 3ª emissão de letras financeiras da Companhia, é causa de evento de crédito, quando pode ser declarado vencimento antecipado da emissão, a alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% das letras financeiras em circulação. Ademais, os diretores informam que a Companhia respeita os limites de capital regulatório exigidos pelas regulamentações do Banco Central para cumprimento das normas de Basileia. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia da Companhia era de 15,4%. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o índice de Basileia da Companhia era de 14,3% e 14,5%, respectivamente.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os Diretores entendem que todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, 100% dos financiamentos contratados nos últimos 3 exercícios sociais foram imediatamente utilizados para o desenvolvimento da atividade da Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo.

Abaixo, apresentamos os comentários dos itens que os Diretores entendem como importantes e relevantes, evidenciados no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

I) Balanço Patrimonial

Balanços Patrimoniais - R\$ Mil	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	Análise Vertical %			Análise Horizontal %		
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
				x	x	x	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Ativo									
Reservas no Banco Central do Brasil	350.232	336.955	314.601	2,5	2,7	2,8	3,9	7,1	(10,3)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	219.378	189.407	236.695	1,6	1,5	2,1	15,8	(20,0)	129,0
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	12.944.697	11.274.608	10.062.983	93,0	91,8	90,4	14,8	12,0	1,4
Derivativos Utilizados como Hedge	196.080	330.620	97.753	1,4	2,7	0,9	(40,7)	238,2	40,9
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	458	1.252	556	—	—	—	(63,4)	125,2	81,0
Ativo Tangível	5.493	5.842	2.747	—	—	—	(6,0)	112,7	27,7
Ativo Intangível	741	1.563	2.403	—	—	—	(52,6)	(35,0)	(20,8)
Ativos Fiscais	185.368	124.118	397.264	1,3	1,0	3,6	49,3	(68,8)	53,7
Outros Ativos	14.028	12.219	11.628	0,1	0,1	0,1	14,8	5,1	(0,5)
Total do Ativo	13.916.475	12.276.584	11.126.630	100,0	100,0	100,0	13,4	10,3	4,0
Passivo e Patrimônio Líquido									
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	12.411.943	10.621.671	9.668.173	89,2	86,5	86,9	16,9	9,9	7,2
Derivativos Utilizados como Hedge	12.683	5.528	73.834	0,1	—	0,7	129,4	(92,5)	(80,0)
Provisões	47.449	48.966	46.460	0,3	0,4	0,4	(3,1)	5,4	1,2
Passivos Fiscais	146.537	23.790	19.123	1,1	0,2	0,2	516,0	24,4	2,7
Outras Obrigações	81.234	82.961	100.623	0,6	0,7	0,9	(2,1)	(17,6)	(7,0)
Total do Passivo	12.699.846	10.782.916	9.908.213	91,3	87,8	89,0	17,8	8,8	6,1
Patrimônio Líquido	1.216.629	1.493.668	1.218.417	8,7	12,2	11,0	(18,5)	22,6	(8,7)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	13.916.475	12.276.584	11.126.630	100,0	100,0	100,0	13,4	10,3	4,0

Ativos Financeiros para Negociação e Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação

Os diretores afirmam que a Companhia não possui ativos financeiros para negociação e ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação relevantes para os exercícios de 2025, 2024 e 2023.

Ativos Financeiros Disponível para Venda

Os Diretores afirmam que os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as LTN (Letras do Tesouro Nacional) para poder cumprir com as exigências regulatórias de LCR (Liquidity Coverage Ratio) em vigor a partir do fechamento de 2016, onde a empresa necessita ter ativos líquidos de alta qualidade disponíveis para cumprir suas obrigações de saída líquida de caixa dos 30 dias subsequentes ao encerramento contábil mensal.

Empréstimos e Recebíveis e Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores afirmam que houve um aumento da carteira de empréstimos e recebíveis de 14,8% no exercício de 2025, no montante de R\$12.944.697, comparado ao exercício de 2024 no montante de R\$11.274.608.

Os diretores afirmam que houve um aumento da carteira de empréstimos e recebíveis de 12% no exercício de 2024, no montante de R\$11.274.478, comparado ao exercício de 2023 no montante de R\$10.062.983.

Os diretores afirmam que houve um aumento da carteira de empréstimos e recebíveis de 5,7% no exercício de 2023, no montante de R\$10.062.983, comparado ao exercício de 2022 no montante de R\$9.519.684.

Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2025, os Diretores informam que o aumento de 15,3% dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é devido a: através de depósitos de instituições de crédito, que atingiu R\$ 2.904 milhões e em obrigações por títulos e valores mobiliários, através de recursos de aceites cambiais e de letras financeiras, que atingiram R\$ 1.722 milhões

Em 31 de dezembro de 2024, os Diretores informam que a diminuição de 4,6% dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é devido a: através de depósitos de instituições de crédito, que atingiu R\$ 2.519 milhões e em obrigações por títulos e valores mobiliários, através de recursos de aceites cambiais e de letras financeiras, que atingiram R\$ 1.612 milhões

Em 31 de dezembro de 2023, os Diretores informam que a diminuição de 3,5% dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é devido a: através de depósitos de instituições de crédito, que atingiu R\$ 2.641 milhões e em obrigações por títulos e valores mobiliários, através de recursos de aceites cambiais e de letras financeiras, que atingiram R\$ 1.339 milhões.

Derivativos Utilizados como Hedge

Os Diretores afirmam que os Derivativos Utilizados como Hedge em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$183 milhões comparativamente a R\$325 milhões em 31 de dezembro de 2024, representando uma variação de R\$142 milhões ou 44%.

Os Diretores afirmam que os Derivativos Utilizados como Hedge em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$325 milhões comparativamente a R\$23 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação de R\$301 milhões ou 93%.

Os Diretores afirmam que os Derivativos Utilizados como Hedge em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$23 milhões comparativamente a R\$184 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de R\$160 milhões ou 87%.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$1.217 milhões, representando uma redução de de 18,5%, quando comparado com 31 de dezembro de 2024. Os diretores entendem que tal variação refere-se a ajustes de avaliação patrimonial e destinação do lucro líquido.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024, o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$1.494 milhões, representando aumento de 22,8%, quando comparado com 31 de dezembro de 2023. Os diretores entendem que tal variação refere-se a ajustes de avaliação patrimonial e destinação do lucro líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$1.216 milhões, representando redução de 8,1%, quando comparado com 31 de dezembro de 2022. Os diretores entendem que tal variação refere-se a ajustes de avaliação patrimonial e destinação do lucro líquido.

II) Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado - R\$ Mil	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	Análise Vertical %			Análise Horizontal %		
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
				x	x	x	x	x	x
Receitas com juros e similares	2.160.877	1.891.374	1.858.010	749,5	710,7	879,7	14,2	1,8	4,1
Despesas com juros e similares	(1.483.305)	(1.119.050)	(1.224.094)	(514,5)	(420,5)	(579,5)	32,6	(8,6)	10,1
Receita Líquida com Juros	677.572	772.324	633.916				(12,3)	21,8	(5,8)
Receitas de tarifas e comissões	15.629	16.244	13.412	5,4	6,1	6,3	(3,8)	21,1	(13,0)
Despesas de tarifas e comissões	(59.693)	(80.586)	(73.414)	(20,7)	(30,3)	(34,8)	(25,9)	9,8	9,6
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	170.654	(11.373)	(953)	59,2	(4,3)	(0,5)	(1.600,5)	1.093,4	(101,6)
Variações cambiais (líquidas)	(464)	(475)	15	(0,2)	(0,2)	—	(2,3)	(3.266,7)	(92,7)
Outras receitas (despesas) operacionais	34.599	39.931	52.460	12,0	15,0	24,8	(13,4)	(23,9)	61,9
Total de Receitas	838.297	736.065	625.436				13,9	17,7	(12,1)
Despesas administrativas	(181.403)	(177.975)	(175.745)	(62,9)	(66,9)	(83,2)	1,9	1,3	(0,3)
Depreciação e amortização	(2.080)	(1.937)	(1.628)	(0,7)	(0,7)	(0,8)	7,4	19,0	2,3
Provisões (líquidas)	(21.102)	(14.625)	(14.504)	(7,3)	(5,5)	(6,9)	44,3	0,8	54,6
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(85.567)	(105.275)	(93.928)	(29,7)	(39,6)	(44,5)	(18,7)	12,1	(60,6)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	322	181	180	0,1	0,1	0,1	77,9	0,6	(84,1)
Lucro Operacional Antes da Tributação	548.467	436.434	339.811				25,7	28,4	18,2
Imposto de renda	(260.142)	(170.297)	(128.590)	(90,2)	(64,0)	(60,9)	52,8	32,4	23,7
Lucro Líquido Consolidado do Exercício	288.325	266.137	211.221	100,0	100,0	100,0	8,3	26,0	15,1
Lucro atribuível à Controladora	288.325	266.137	211.221						

LUCRO POR AÇÃO (em Reais)

Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)

Ações ordinárias	0,67898	0,62672	0,49740
Ações preferenciais	0,74687	0,68940	0,54714
Lucro líquido atribuído (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias	138	127	101
Ações preferenciais	151	139	110
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída			
Ações ordinárias	203	203	203
Ações preferenciais	202	202	202

Margem de Juros Líquida

Os Diretores informam que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a margem líquida com juros atingiu R\$ 677.572 mil apresentando uma redução de 12,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujo valor era de R\$772.324 mil. Os Diretores entendem que a redução

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

da margem líquida de juros se deu por conta do aumento no valor das despesas com juros e similares, com maior impacto na conta de Despesas com Juros Pós-Fixados de Letras Financeiras, Letras de Câmbio e Depósitos Interfinanceiros, devido à redução da taxa de juros do mercado (SELIC).

Os Diretores informam que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a margem líquida com juros atingiu R\$772.324 mil apresentando um aumento de 21,8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujo valor era de R\$633.916 mil. Os Diretores entendem que o aumento da margem líquida de juros se deu por conta da queda no valor das despesas com juros e similares, com maior impacto na conta de Despesas com Juros Pós-Fixados de Letras Financeiras, Letras de Câmbio e Depósitos Interfinanceiros, devido à redução da taxa de juros do mercado (SELIC).

Os Diretores informam que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a margem líquida com juros atingiu R\$633.916 mil apresentando uma redução de 5,8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujo valor era de R\$672.816 mil. Os Diretores entendem que o aumento da margem líquida de juros se deu por conta da queda no valor das despesas com juros e similares, com maior impacto na conta de Despesas com Juros Pós-Fixados de Letras Financeiras, Letras de Câmbio e Depósitos Interfinanceiros, devido à redução da taxa de juros do mercado (SELIC).

Despesas de Tarifas e Comissões

Os Diretores informam que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas de tarifas e comissões atingiu R\$59.693 mil apresentando uma redução de 25,9% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$80.586 mil. Os Diretores entendem que esta redução se deu por conta da diminuição, principalmente de despesas com serviços do sistema financeiro.

Os Diretores informam que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas de tarifas e comissões atingiu R\$80.586 mil apresentando uma redução de 9,8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$73.414 mil. Os Diretores entendem que esta redução se deu por conta da diminuição, principalmente de despesas com serviços do sistema financeiro.

Os Diretores informam que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas de tarifas e comissões atingiu R\$73.414 mil apresentando uma redução de 9,6% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$67.009 mil. Os Diretores entendem que esta redução se deu por conta da diminuição, principalmente de despesas com serviços do sistema financeiro.

Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como receita de R\$170.654 mil com instrumentos financeiros derivativos, em comparação a receita de R\$11.373 mil registrado no período de 31 de dezembro de 2024. Os Diretores esclarecem que esta variação é decorrência das contínuas operações de Swap designadas como Hedge Accounting das operações de captação realizadas pela Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa de R\$11.373 mil com instrumentos financeiros derivativos, em comparação a receita de R\$953 mil registrado no período de 31 de dezembro de 2023. Os Diretores esclarecem que esta variação é decorrência das contínuas operações de Swap designadas como Hedge Accounting das operações de captação realizadas pela Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa de R\$953 mil com instrumentos financeiros derivativos, em comparação a receita de R\$57.884 mil registrado no período de 31 de dezembro de 2022. Os Diretores esclarecem que esta variação é decorrência das contínuas operações de Swap designadas como Hedge Accounting das operações de captação realizadas pela Companhia.

Provisões (líquidas)

Os Diretores afirmam que as variações nas provisões líquidas nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, estão relacionadas as provisões e reversões para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais classificadas como risco de perda provável.

Perdas com ativos financeiros (líquidas) - Provisões de Crédito

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou despesas com provisão para perdas por não recuperação (impairment) líquidas de recuperações de empréstimos baixados para prejuízo, o total de R\$85.567 mil sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 registrou o montante de R\$105.275 mil.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou despesas com provisão para perdas por não recuperação (impairment) líquidas de recuperações de empréstimos baixados para prejuízo, o total de R\$105.275 mil sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 registrou o montante de R\$93.928 mil.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou despesas com provisão para perdas por não recuperação (impairment) líquidas de recuperações de empréstimos baixados para prejuízo, o total de R\$93.928 mil sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 registrou o montante de R\$238.171 mil.

Impostos sobre a Renda

O total de impostos inclui Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e Cofins. No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, os impostos sobre a renda atingiram uma despesa de R\$260.142 mil, comparando com despesa de R\$170.297 mil em 31 de dezembro de 2024, a diminuição está relacionado a redução no lucro operacional antes da tributação.

O total de impostos inclui Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e Cofins. No exercício findo de 31 de dezembro de 2024, os impostos sobre a renda atingiram uma despesa de R\$170.297 mil,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

comparando com despesa de R\$128.590 mil em 31 de dezembro de 2023, a diminuição está relacionado a redução no lucro operacional antes da tributação.

O total de impostos inclui Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e Cofins. No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, os impostos sobre a renda atingiram uma despesa de R\$128.590 mil, comparando com despesa de R\$103.933 mil em 31 de dezembro de 2022, a diminuição está relacionado a redução no lucro operacional antes da tributação.

Resultado Líquido Consolidado

O resultado líquido teve um aumento de aproximadamente 8,3% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O resultado líquido teve um aumento de aproximadamente 26% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O resultado líquido teve um aumento de aproximadamente 15,1% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os Diretores da Companhia entendem que a base de sustentação das receitas do Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia"), e, conseqüentemente de suas operações relativas ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, é denominada em reais e provém, principalmente, de operações de financiamento de estoque de veículos novos para a rede de concessionários Renault e Nissan (Floorplan) e financiamento de veículos novos e usados através de operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Arrendamento Mercantil, para pessoas físicas e jurídicas, especialmente para os veículos Renault e Nissan.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem que diversos fatores podem afetar materialmente a condição financeira, a liquidez ou os resultados operacionais da Companhia, influenciando seus resultados futuros, que poderão diferir de maneira significativa das declarações e projeções por ela divulgadas. Mais detalhes a respeito desses fatores podem ser encontrados no item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossas principais variações das receitas foram explicadas no item 2.2a deste documento.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Os impactos relevantes no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor foram explicados no item 2.2a deste documento

Formulário de Referência – 2025 - BANCO RCI

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os Diretores da Companhia informam que as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3786, definiu que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por aquele órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor, devem, a partir da data-base de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar anualmente demonstrações contábeis consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation).

Adoção de normas e interpretações

- Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Para tratar de questões identificadas durante a revisão pós-implementação dos requisitos de classificação e mensuração do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As emendas são efetivas para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. O Banco não identificou impactos materiais desta alteração.
- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. O Banco RCI Brasil está avaliando os impactos desta alteração.

- Emendas ao IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - Divulgações sobre incertezas nas Demonstrações Financeiras: introduz exemplos ilustrativos que reforçam a aplicação dos requisitos existentes das IFRS para a divulgação dos efeitos de incertezas relevantes nas demonstrações financeiras, com destaque para aquelas decorrentes de riscos climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono. A emenda enfatiza a necessidade de maior transparência quanto aos julgamentos de materialidade, às principais premissas e às fontes significativas de incerteza de estimativa que possam afetar ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa. As alterações não introduzem mudanças nos critérios de reconhecimento ou mensuração, concentrando-se no aprimoramento das divulgações previstas, em especial nas normas IFRS 18 (que substituirá a IAS 1), IFRS 7, IAS 8, IAS 36 e IAS 37, reforçando a

Formulário de Referência – 2025 - BANCO RCI

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

consistência e o alinhamento entre as informações financeiras e os efeitos de riscos climáticos e outras incertezas relevantes, quando material, nas demonstrações financeiras. As emendas são efetivas para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O Banco RCI Brasil está avaliando os impactos desta alteração.

- Emenda ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: esclarece os procedimentos a serem aplicados quando uma entidade passa a apresentar suas demonstrações financeiras em uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29. A alteração define como devem ser traduzidos os valores comparativos e os saldos quando ocorre essa mudança, visando assegurar que as informações permaneçam relevantes, consistentes e comparáveis ao longo do tempo. As emendas não alteram os critérios de reconhecimento ou mensuração, limitando-se a esclarecer os requisitos de tradução previstos na IAS 21, inclusive quanto à aplicação retrospectiva e ao tratamento dos efeitos da inflação na moeda de apresentação. Os impactos concentram-se exclusivamente nas divulgações e na forma de apresentação das demonstrações financeiras, sem efeitos sobre o desempenho ou a posição financeira da entidade. A emenda é efetiva para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O Banco RCI Brasil está avaliando os impactos desta alteração.

- Reforma tributária - A Reforma Tributária instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, com importantes modificações.

Considerando o prazo de implementação gradual da nova sistemática (entre os anos de 2026 e 2033), os impactos de longo prazo esperados com a simplificação da tributação são o ganho de produtividade na economia e melhoria no ambiente de negócios, pela redução de custos de observância e maior segurança jurídica. Nesse novo ambiente tributário há efeitos para Administração Tributária em função das mudanças na gestão do crédito tributário que passa a ser mais eficiente, com documentos fiscais eletrônicos (Notas Fiscais) mais sofisticados e recolhimento de tributos automático - no qual a parcela correspondente aos tributos sobre o consumo é direcionada diretamente ao Governo (mecanismo de split payment), reduzindo riscos de inadimplência e falhas de conformidade, ao mesmo tempo em que aumenta a dependência de sistemas de informação robustos e confiáveis.

Adicionalmente, sobre a ótica da gestão das empresas, o novo regime implica em mudanças na lógica financeira das operações, com potenciais efeitos sobre o fluxo de caixa, com necessidade de revisão dos controles de liquidez e na gestão financeira das empresas. No caso do setor financeiro, a Reforma Tributária estabeleceu um regime específico para as operações de crédito e estima-se que não haverá aumento do custo de crédito para o tomador final relativamente à carga tributária atual. Por outro lado, determinados serviços financeiros, sujeitos ao regime geral de tributação, podem estar sujeitos a maior pressão tributária na ótica do consumidor final, o que poderá gerar eventuais ajustes na estrutura de precificação ao longo do período de implantação do novo regime.

Os efeitos imediatos identificados até o momento concentram-se, primordialmente, no âmbito operacional, com destaque para os impactos tecnológicos, com a necessidade de ajustes nos sistemas informáticos internos, nos cadastros e nos controles automatizados.

Formulário de Referência – 2025 - BANCO RCI

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

A Administração vem acompanhando esses impactos e promovendo as adequações necessárias em processos, sistemas e governança, bem como revisando projeções de resultados e de fluxo de caixa para refletir a transição gradual do modelo tributário atual para o novo sistema. Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma da Tributária sobre o Consumo, a Administração concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco, nem em seus indicadores de capital, sendo os efeitos imediatos, essencialmente, restritos ao âmbito operacional e de adaptação tecnológica aos novos requisitos legais.

c) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco RCI Brasil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. O Banco RCI Brasil faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, as estimativas são feitas pela administração do Banco RCI Brasil e da entidade consolidada em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

d) Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são totais ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas. Dado as incertezas decorrentes dos processos, não é praticável determinar a época de qualquer fluxo de saída (desembolso financeiro).

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco RCI Brasil referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, inclui informações sobre provisões, ativos e passivos contingentes. Não ocorreram mudanças significativas nas estimativas utilizadas de provisões para ações judiciais do Banco RCI Brasil entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, data da preparação dessas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

e) Informações comparativas

Estas demonstrações financeiras consolidadas incluem o período comparável a 31 de dezembro de 2024, para as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. O balanço patrimonial consolidado é comparativo com a posição patrimonial de 31 de dezembro de 2024.

Formulário de Referência – 2025 - BANCO RCI 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

f) Sazonalidade das transações do Banco RCI Brasil

Considerando as atividades em que o Banco RCI Brasil e fundo de investimento consolidado se envolvem, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Conseqüentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nessas notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício findo encerrado em 31 de dezembro de 2025.

g) Relevância

O Banco RCI Brasil, ao determinar as divulgações a serem feitas sobre os diversos itens das demonstrações financeiras ou outros assuntos, de acordo com o IFRS, levou em consideração sua relevância em relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

h) Demonstrações consolidadas do fluxo de caixa

Ao preparar as demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de

mudanças nos seus valores e com vencimento original inferiores a noventa dias foram classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”. O Banco RCI Brasil classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados no item “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito” no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

i) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco RCI Brasil estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação destas demonstrações.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foram realizadas operações em moeda estrangeira.

j) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares reconhecidas na rubrica “Receitas com juros e similares” ou “Despesas com juros e similares”, conforme apropriado e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

Formulário de Referência – 2025 - BANCO RCI

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (anteriormente classificados como disponíveis para venda) são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

k) Operações de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos podem ser utilizados para os seguintes fins: (i) para facilitar na gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos seus ativos e passivos (Derivativos utilizados como hedge); e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de hedge são tratados, para fins contábeis, como derivativos mensurados ao valor justo no resultado (anteriormente classificados como para negociação).

Se um derivativo designado como instrumento de hedge deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo mensurados ao valor justo no resultado (anteriormente classificados como para negociação).

Quando a contabilização de operações de hedge pelo valor justo é descontinuada (revogada, expirada, vendida ou não atender mais os critérios de hedge contábil), os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do hedge. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando hedges de fluxo de caixa são eliminados, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de hedge reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes” (desde o período em que o hedge se tornou eficaz) permanece reconhecido no patrimônio até que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reconhecido no resultado, a menos que não se espere mais que a transação ocorra, hipótese em que qualquer ganho ou perda cumulativo é reconhecido imediatamente no resultado.

l) Impostos sobre a renda

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) calculada à alíquota de 20% para instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Formulário de Referência – 2025 - BANCO RCI

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

A despesa do IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

A despesa do imposto de renda é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos fiscais classificados como “Correntes” - são valores referentes a impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como “Correntes” - são valores a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos, bases negativas e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial, a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

A expectativa de realização dos créditos tributários do Banco RCI Brasil está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como componentes de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como impostos sobre a renda.

Formulário de Referência – 2025 - BANCO RCI
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

b. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em relação à ressalva que consta do parecer do auditor nas demonstrações financeiras da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente, os Diretores informam que têm conhecimento da referida ressalva e que se trata de uma ressalva de caráter técnico em razão das operações de leasing realizadas pela Companhia, as quais são contabilizadas conforme diretrizes do Banco Central do Brasil. Por esta razão, utilizam padrões distintos das normas gerais aplicadas às demonstrações contábeis. Considerando a natureza da ressalva, em especial por se tratar de exigência do regulador, os Diretores entendem que não há nenhuma iniciativa que possa ser adotada pela administração da Companhia.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável para os exercícios de 2025, 2024 e 2023, tendo em vista que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não houve eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Medições não contábeis

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) justifica o não preenchimento do item 2.5 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria “B”.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Eventos subsequentes as DFs

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) justifica o não preenchimento do item 2.6 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria “B”.

Confidential

2.7 Destinação de resultados**2.7. Política de destinação dos resultados**

A Companhia não possui uma política específica de distribuição de destinação de resultados.

Em cada Assembleia Geral Ordinária de acionistas, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior, a qual deverá ser objeto de deliberação dos acionistas. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, “lucro líquido” em qualquer exercício fiscal é definido como resultado do exercício em questão que remanescer depois de deduzidos os montantes relativos às provisões para perdas, imposto de renda e contribuição social para aquele exercício, prejuízos acumulados de exercícios anteriores e de quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores no lucro da Companhia. Referimo-nos a este montante como “lucro líquido ajustado”.

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Tendo em vista que os dividendos a título de Juros sobre Capital Próprios excederam o valor mínimo obrigatório dos dividendos estatutários, não sendo considerada a apropriação de qualquer dividendo adicional sobre o lucro líquido do exercício.

Além da destinação a dividendos, 5% do resultado do período é destinado à constituição da reserva legal.

Em 2025, foi aprovada a destinação de 5% do lucro líquido (R\$ 17.306mil) à constituição da reserva legal.

Em 2024, foi aprovada a destinação de 5% do lucro líquido (R\$ 11.992mil) à constituição da reserva legal.

Em 2023, foi aprovada a destinação de 5% do lucro líquido (R\$ 8.301mil) à constituição da reserva legal.

Do lucro do exercício remanescente, é destinado à conta de reserva estatutária para reforço de capital de giro, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia. O saldo da reserva, juntamente com a reserva legal, não poderá ser superior a 100% do valor do seu capital social.

Em 2025, o lucro ajustado (R\$ 60.693 mil) foi destinado às reservas estatutárias para reforço de capital de giro.

Em 2024, o lucro ajustado (R\$ 227.847 mil) foi destinado às reservas estatutárias para reforço de capital de giro.

Em 2023, o lucro ajustado (R\$ 157.724 mil) foi destinado às reservas estatutárias para reforço de capital de giro.

Conforme tabelas abaixo:

Referência	2025	2024	2023
------------	------	------	------

Confidential

2.7 Destinação de resultados

Regras sobre retenção de lucros	Nos termos da legislação societária, o lucro líquido do exercício poderá ser retido visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral, submetida pela administração da Companhia e aprovada em Assembleia Geral.	Nos termos da legislação societária, o lucro líquido do exercício poderá ser retido visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral, submetida pela administração da Companhia e aprovada em Assembleia Geral.	Nos termos da legislação societária, o lucro líquido do exercício poderá ser retido visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral, submetida pela administração da Companhia e aprovada em Assembleia Geral.
Valores das Retenções de Lucros	Nesse exercício social, a Companhia não reteve lucros	Nesse exercício social, a Companhia não reteve lucros	Nesse exercício social, a Companhia não reteve lucros
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que uma quantia não inferior a 25% do lucro líquido, deduzidas as alocações para as reservas legais e de contingência, deverá estar disponível para distribuição na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio em qualquer exercício social. Esta quantia representa os dividendos obrigatórios. O cálculo do lucro líquido e das alocações para reservas, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são efetuados com base em nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. A Companhia poderá ainda, mediante proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral: (a) distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada período do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; (b) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros; (c) pagar ou creditar a seus acionistas juros a título de remuneração de capital próprio.	O estatuto social da Companhia prevê que uma quantia não inferior a 25% do lucro líquido, deduzidas as alocações para as reservas legais e de contingência, deverá estar disponível para distribuição na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio em qualquer exercício social. Esta quantia representa os dividendos obrigatórios. O cálculo do lucro líquido e das alocações para reservas, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são efetuados com base em nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. A Companhia poderá ainda, mediante proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral: (a) distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada período do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; (b) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros; (c) pagar ou creditar a seus acionistas juros a título de remuneração de capital próprio.	O estatuto social da Companhia prevê que uma quantia não inferior a 25% do lucro líquido, deduzidas as alocações para as reservas legais e de contingência, deverá estar disponível para distribuição na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio em qualquer exercício social. Esta quantia representa os dividendos obrigatórios. O cálculo do lucro líquido e das alocações para reservas, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são efetuados com base em nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. A Companhia poderá ainda, mediante proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral: (a) distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada período do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; (b) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros; (c) pagar ou creditar a seus acionistas juros a título de remuneração de capital próprio.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio é anual (a deliberação sobre a matéria ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária), com base no resultado do último exercício social, podendo a Diretoria, autorizada pelo Conselho de Administração, declarar ainda dividendos à conta de lucro apurado em balanço semestral, trimestral, bimestral ou mensal ou ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A distribuição dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio é anual (a deliberação sobre a matéria ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária), com base no resultado do último exercício social, podendo a Diretoria, autorizada pelo Conselho de Administração, declarar ainda dividendos à conta de lucro apurado em balanço semestral, trimestral, bimestral ou mensal ou ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A distribuição dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio é anual (a deliberação sobre a matéria ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária), com base no resultado do último exercício social, podendo a Diretoria, autorizada pelo Conselho de Administração, declarar ainda dividendos à conta de lucro apurado em balanço semestral, trimestral, bimestral ou mensal ou ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	A Companhia não possui qualquer restrição à distribuição de dividendos.	A Companhia não possui qualquer restrição à distribuição de dividendos.	A Companhia não possui qualquer restrição à distribuição de dividendos.

Confidencial

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs**2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecerem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista que não há carteiras de recebíveis baixadas off-balance.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços off-balance.

iii. contratos de construção não terminada

Não aplicável, tendo em vista que não há contratos de construção não terminada off-balance.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos off-balance.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras (com tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; natureza e o propósito da operação) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação).

A Companhia não possui, em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Itens mencionados no item 2.8. Não existem efeitos adicionais a serem evidenciados.

b. natureza e o propósito da operação

Itens mencionados no item 2.8. Não existem efeitos adicionais a serem evidenciados.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Itens mencionados no item 2.8. Não existem efeitos adicionais a serem evidenciados.

2.10 Planos de negócios

2.10. Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que não existem investimentos em andamento ou investimentos previstos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, tendo em vista que não existem investimentos em andamento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que não existem desinvestimentos relevantes em andamentos e desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não ocorreram investimentos relevantes no período.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que não estão em andamento quaisquer pesquisas.

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, não existiram pesquisas para desenvolvimento de novo produto.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, não foram divulgados projetos em desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não desenvolveu novos produtos e serviços nos últimos 3 exercícios sociais.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

2.10 Planos de negócios

Não ocorreram oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG no período.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**2.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional**

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia já foram identificados e comentados nos demais itens desta seção, sendo assim, não há outros fatores a comentar.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 - Projeções Divulgadas e Premissas

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) não divulga projeções.

- a. objeto da projeção;**
Não aplicável.
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção**
Não aplicável.
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**
Não aplicável.
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão**
Não aplicável.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 - Acompanhamento e Alterações Das Projeções Divulgadas

Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) não divulga projeções.

- a. **informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**
Não aplicável.
- b. **quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**
Não aplicável.
- c. **quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**
Não aplicável.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão do Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência e, se for o caso, no prospecto da oferta dos respectivos valores mobiliários, os fatores de riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e suas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser negativamente impactados por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, no caso de valores mobiliários representativos de dívida, a capacidade de pagamento da Companhia pode ser adversamente afetada em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo, de conhecimento da Companhia, podem afetá-la adversamente, de modo que riscos adicionais não conhecidos atualmente ou que são considerados irrelevantes também poderão afetá-la.

Para os fins desta seção serão descritos “4. Fatores de Risco”, que significam que tais riscos, incertezas ou problemas poderão causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliário e, quando aplicável, na capacidade de pagamento dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os fatores de risco estão organizados em ordem de relevância, sendo o primeiro (a) mais relevante e o (j) menos relevante, bem como da mesma forma estão organizados os seus subitens, quando presentes:

(a) Emissor

Evolução do mercado de financiamento (Considerando PF e PJ)

As projeções mais recentes para o crescimento nominal do saldo de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) passaram por revisões negativas, refletindo um ambiente macroeconômico mais restritivo ao longo de 2025. As estimativas apontam crescimento mais moderado tanto em 2025 quanto em 2026, influenciado principalmente pela manutenção de juros elevados por período prolongado e por uma reavaliação da expansão do crédito direcionado, que se mostrou inferior ao inicialmente esperado.

Essa revisão reflete, sobretudo, o impacto da política monetária mais contracionista e ajustes nas linhas de crédito com recursos direcionados, fatores que se sobrepuseram aos efeitos positivos do mercado de trabalho ainda aquecido e da expansão da renda. Segundo o Banco Central, a desaceleração foi mais intensa no segmento de pessoas jurídicas com recursos direcionados, em razão do desempenho abaixo do previsto do crédito rural e de programas específicos, enquanto no crédito livre o maior dinamismo das operações com pessoas jurídicas compensou parcialmente a moderação observada nas carteiras de pessoas físicas.

No crédito livre, a recomposição do crescimento ocorreu de forma heterogênea, com maior seletividade por parte das instituições financeiras. A Pesquisa Trimestral sobre Condições de Crédito (PTC) mais recente indica percepção de endurecimento das condições de oferta de crédito, associada ao aumento do custo e à menor disponibilidade de *Funding*, à elevação das preocupações com inadimplência e à redução da tolerância ao risco, especialmente em operações sem garantias.

No que se refere à política monetária, a taxa Selic permaneceu em patamar estável ao longo de 2025, após o ciclo de alta iniciado no fim de 2024, mantendo o crédito mais caro e

4.1 Descrição dos fatores de risco

restringindo o consumo financiado. Ainda que, no início de 2026, o Banco Central tenha sinalizado ajustes graduais, o nível dos juros segue elevado em termos históricos, contribuindo para a contenção inflacionária e a estabilidade financeira, mas podendo levar a uma limitação da expansão do crédito no curto prazo.

Para a Companhia, esse cenário exige monitoramento contínuo das condições monetárias e do ambiente regulatório, disciplina na precificação das operações e foco em eficiência operacional e qualidade de crédito.

Evolução do mercado de financiamento (Considerando apenas PF)

De acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) divulgado pelo Banco Central em novembro de 2025, com dados referentes ao primeiro semestre de 2025, as análises do BCB seguem indicando ausência de riscos relevantes imediatos à estabilidade financeira. O sistema bancário brasileiro permanece sólido, com níveis adequados de capitalização e liquidez, preservando a capacidade de sustentar o regular funcionamento do sistema de intermediação financeira, mesmo em um ambiente de juros ainda elevados e maior volatilidade macroeconômica.

No que se refere às perspectivas para o crédito às Pessoas Físicas, o relatório destaca que, apesar do mercado de trabalho persistentemente aquecido, com novas quedas da taxa de desemprego e crescimento real da renda em 2025, a capacidade de pagamento das famílias continua demandando atenção. O comprometimento de renda manteve relativa estabilidade, porém ainda em patamar elevado sob a ótica histórica, refletindo pressão sobre a solvência dos consumidores. Por outro lado, o avanço contínuo da massa salarial e reajustes de rendimentos acima da inflação tendem a contribuir positivamente para a adimplência ao longo dos próximos trimestres.

Em relação à concessão de crédito bancário às pessoas físicas, observou-se manutenção do ritmo de crescimento, ainda que com maior seletividade, refletindo o ambiente de juros restritivos e maior cautela das instituições financeiras. Enquanto bancos digitais reduziram a velocidade de expansão do crédito, sobretudo em linhas de maior risco, continuam operando com crescimento superior ao dos bancos tradicionais em determinadas modalidades. O crédito não consignado manteve expansão, enquanto o crescimento das carteiras de cartão de crédito mostrou desaceleração, com comportamento heterogêneo entre diferentes faixas de renda.

Nesse contexto, segundo o próprio Relatório de Estabilidade Financeira, no segmento de menor risco, o financiamento de veículos continuou a apresentar crescimento em todas as faixas de renda, beneficiado pela resiliência do mercado de trabalho e pela demanda sustentada por bens duráveis. O crédito habitacional seguiu em nível elevado, especialmente nas linhas vinculadas ao FGTS e aos programas habitacionais, mantendo-se como um dos principais vetores de expansão do crédito com garantias.

No mercado de financiamento de veículos, dados do Relatório de Financiamento de Veículos da B3, com base no Sistema Nacional de Gravames (SNG), indicam que o volume financiado atingiu aproximadamente 7,3 milhões de unidades em 2025, entre veículos novos e usados, o melhor resultado desde 2011. O crescimento anual foi de aproximadamente 2% em relação a 2024, evidenciando a resiliência da demanda por crédito automotivo, mesmo em um ambiente de juros elevados. Esse desempenho, reforça a relevância do financiamento como instrumento de acesso ao consumo, ainda que o custo mais alto do crédito continue tendo uma ligeira moderação de crescimento.

Dessa forma, considerando que a Companhia atua diretamente no segmento de financiamento de veículos, seu desempenho permanece fortemente correlacionado ao ritmo de emplacamentos divulgado pela indústria automotiva e ao comportamento do crédito ao consumo. O cenário atual reforça a importância de uma atuação prudente na originação, com foco em qualidade de crédito, preservação de margens e oferta de soluções que mantenham a competitividade em um ambiente de maior seletividade financeira.

Concentração na carteira de financiamentos

4.1 Descrição dos fatores de risco

As operações de financiamentos realizadas pelo Banco RCI S.A. concentram-se no setor de automóveis novos e usados, que, por sua vez, é suscetível a crises econômico-financeiras apresentando uma correlação elevada com o desempenho macroeconômico do País.

Risco Operacional

A Companhia utiliza sistemas operacionais internos e terceirizados para conduzir suas operações. Estes sistemas estão sujeitos a falhas internas operacionais e de procedimento, bem como a eventos externos. Estes eventos podem resultar em fraudes, falhas de segurança da informação, interrupção ou dificuldades de operação dos sistemas, falhas na manutenção da confidencialidade de informações, falhas na concepção e modelagem de produtos e serviços bancários, não cumprimento de obrigações com os clientes, fornecimento de informações incompletas ou intempestivas a entidades externas, órgãos reguladores, acionistas e investidores, vícios na formalização de operações, falhas na custódia de documentos e mau relacionamento com parceiros comerciais, fornecedores e terceiros e continuidade de negócios. A ocorrência de quaisquer destes eventos, que não seja prontamente e adequadamente corrigido, poderá afetar os resultados da Companhia.

Imprecisão acerca do futuro da Companhia

Não há garantias de que o desempenho futuro da Companhia seja consistente com as informações prestadas neste Formulário de Referência. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos neste item e em outras seções deste Formulário de Referência. As expressões “acredita que”, “espera que” e “antecipa que”, bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Companhia. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas neste Formulário de Referência e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas.

A inadimplência de clientes poderá afetar negativamente os resultados da Companhia

Alterações significativas nas condições macroeconômicas relacionadas à atividade, renda e emprego, dentre outros, podem levar os tomadores de recursos em geral a enfrentar dificuldades para efetuar pagamentos relativos aos financiamentos. Caso os clientes da Companhia tenham dificuldades em honrar seus compromissos financeiros com a Companhia, os resultados poderão ser negativamente afetados.

Risco de crédito

As operações de financiamento envolvem a análise de crédito de clientes por parte das companhias que contratam o produto. Caso o país venha a atravessar situações macroeconômicas adversas, o risco de crédito dos clientes da Companhia pode vir a se deteriorar rapidamente, comprometendo, assim, os seus resultados.

(a) Concorrência de outros produtos financeiros

O Crédito Direto ao Consumidor (“CDC”) enfrenta a concorrência de outros produtos disponíveis no mercado brasileiro como o leasing, carta de crédito de consórcio e empréstimos pessoais. Dessa forma, caso seja mais vantajoso para as instituições financeiras e/ou para os financiados fazer uso de outros instrumentos que não o CDC, como, por exemplo, o consórcio, os negócios das companhias que operam com CDC poderão ser afetados.

(b) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte seja seus acionistas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(c) suas controladas e coligadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui empresas controladas e coligadas

(d) seus administradores

Os Administradores da Companhia têm uma influência importante nos resultados e na condição dos negócios da empresa. Todavia, a Companhia tem políticas de gestão, formação de profissionais e governança que minimizam os impactos eventualmente ocasionados pelo desligamento de administradores chave da Companhia.

Ainda, cabe ressaltar que, como instituição financeira, a possui políticas internas de sucessão de administradores, aplicáveis aos níveis superiores de administração da instituição. Esta política interna abrange os procedimentos de recrutamento, promoção, nomeação e retenção de dirigentes de acordo com as regras da instituição para a identificação, avaliação, formação e seleção de candidatos a cargos de direção.

Após a respectiva seleção, a eleição dos administradores fica sujeita à homologação do Banco Central do Brasil.

(e) seus fornecedores

A lucratividade da Companhia depende da boa execução de suas atividades e, sobretudo, do relacionamento e da qualidade de nível de serviços de sua rede de correspondentes bancários.

Para mitigar este risco, a Companhia adota um processo interno de mapeamento de potenciais fornecedores, classificação dos principais fornecedores, bem como de acompanhamento de performance financeira, operacional e comportamental de seus fornecedores. Contudo, ainda assim a Companhia poderá ter seus resultados afetados em caso de descontinuidade não planejado da prestação de serviços considerados como essenciais para as atividades da Companhia.

(f) a seus clientes

Consideramos que o risco relacionado aos clientes está diretamente relacionado aos riscos relacionados aos próprios riscos ao emissor, tendo em vista que a inadimplência de clientes poderá afetar negativamente os resultados da Companhia.

(g) Setores da economia nos quais o Emissor Atue Riscos relacionados a fatores macroeconômicos

O governo brasileiro intervém frequentemente na economia brasileira, e nessas ocasiões faz mudanças significativas na política e nas regulamentações. No passado, o governo brasileiro adotou medidas, incluindo, entre outras, mudanças nas regulamentações, controles de preços, controles de capital, alterações no regime da taxa de câmbio e limitações sobre importações, as quais afetaram os preços dos ativos no país. A Companhia, e o preço de negociação de nossos valores mobiliários, podem ser afetados de forma adversa por mudanças na política, leis ou nas regulamentações em nível federal, estadual e municipal envolvendo ou afetando fatores como:

- taxas de juros;
- volatilidade da moeda;
- inflação;
- exigências de reservas;
- exigências de capital;
- liquidez dos mercados de capitais e de crédito;
- empréstimos vencidos;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- políticas fiscais;
- controles de taxas cambiais e restrições sobre remessas ao exterior; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

As incertezas sobre se o governo brasileiro irá implementar mudanças na política ou na regulamentação criam instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade dos mercados mobiliários, podendo trazer um efeito negativo sobre a Companhia e seus valores mobiliários.

A Companhia não possui condições de estimar inteiramente o impacto de desenvolvimentos macroeconômicos e políticos brasileiros e das mudanças na política regulatória da economia em suas operações e atividades de crédito, nem de prever como as medidas atuais ou futuras implementadas pelos responsáveis pelas políticas regulatórias podem impactar o seu negócio. Ademais, a Companhia não pode prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e se essas políticas irão afetar de maneira negativa a economia ou seu negócio ou desempenho financeiro. Quaisquer mudanças nas exigências de capital regulatório para crédito, exigências de reserva, ou regulamentações sobre produtos e serviços, dentre outras, ou incerteza políticas impactam negativamente e de forma relevante os negócios da Companhia.

A maior parte da renda da Companhia, despesas, ativos e passivos está diretamente atrelada a taxas de juros. Com isso, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia são afetados significativamente pela inflação, pelas oscilações das taxas de juros e pelas políticas monetárias governamentais relacionadas, todos os quais poderão ter um efeito adverso relevante sobre o crescimento da economia brasileira e sobre o seu custo financeiro. Quaisquer alterações de taxas de juros poderão prejudicar os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Desde o último trimestre de 2023, a economia brasileira vem passando por um processo de moderação do crescimento, movimento que se consolidou ao longo de 2024 e ganhou contornos mais definidos em 2025. Ainda assim, o grande diferencial do ciclo recente continua sendo a resiliência significativa do mercado de trabalho, que segue funcionando como principal âncora de sustentação da demanda doméstica.

Em 2025, o Brasil registrou a menor taxa média anual de desemprego da série histórica do IBGE, com cerca de 5,6%, com o trimestre encerrado em dezembro alcançando em torno de 5,1%, patamar inédito desde o início da PNAD Contínua em 2012. A população ocupada atingiu aproximadamente 103 milhões de pessoas, também um recorde histórico, enquanto o rendimento médio real habitual avançou aproximadamente 5,7% na comparação anual, impulsionando a massa salarial a um novo máximo real.

Esse cenário de renda e emprego segue sendo um vetor fundamental para o setor bancário, uma vez que sustenta a demanda por crédito ao consumo, especialmente no financiamento de veículos. Mesmo diante de juros historicamente elevados, os dados da B3 mostram que as vendas de veículos financiados cresceram ao longo de 2025, evidenciando que o crédito permanece como instrumento muito importante de viabilização do consumo automotivo no Brasil.

Sob a ótica da atividade econômica, o PIB brasileiro cresceu aproximadamente 3,4% em 2024, acima do potencial estimado, mas perdeu tração ao longo do segundo semestre, refletindo o impacto defasado do aperto monetário iniciado ainda em 2023. Para 2025, o crescimento foi mais moderado, em torno de 2,3%, com viés de desaceleração adicional em 2026.

A composição desse crescimento revela pontos de atenção: enquanto serviços e consumo das famílias seguem resilientes, os setores mais sensíveis ao crédito — especialmente agronegócio e indústria de transformação e bens duráveis — mostram

4.1 Descrição dos fatores de risco

desempenho mais fraco. O aumento das importações de veículos e autopeças, potencialmente favorecido pelo nível do câmbio e por limitações produtivas locais, continua pressionando a indústria doméstica e limita uma recuperação mais robusta da produção nacional.

No campo monetário, o ambiente segue desafiador. Após manter a taxa Selic em níveis contracionistas por um período prolongado, o Banco Central iniciou em março de 2026 um ciclo extremamente cauteloso de flexibilização da taxa Selic que passou a níveis em torno de 14,50% ao ano. Apesar do corte, os juros reais permanecem elevados, refletindo expectativas de inflação ainda pressionadas, sobretudo pela alta do petróleo e pela resiliência da inflação de serviços.

Esse contexto implica na necessidade de uma maior seletividade na concessão de crédito e foco redobrado na gestão de risco de inadimplência, mesmo que o mercado de trabalho aquecido esteja ajudando a conter deteriorações mais fortes nos indicadores de crédito, mantendo a inadimplência em níveis relativamente controlados.

No front cambial, apesar da volatilidade ainda presente, as expectativas de mercado passaram por uma acomodação recente. As projeções mais atuais do Relatório Focus indicam o dólar em patamar mais contido ao fim de 2025, refletindo a combinação de juros domésticos ainda elevados, fluxo financeiro favorável mesmo em um contexto de possíveis mudanças no cenário fiscal.

No cenário internacional, os riscos permanecem relevantes. O conflito entre Rússia e Ucrânia, ainda sem solução estrutural, continua afetando os preços globais de energia e fertilizantes. Além disso, a instabilidade no Oriente Médio voltou a pressionar o petróleo em 2026, reacendendo riscos inflacionários globais. Soma-se a isso a desaceleração estrutural da China e as tensões latentes entre China e Taiwan, que seguem como risco relevante às cadeias globais de semicondutores — insumo crítico para a indústria automotiva.

Efeitos da retração no nível da atividade econômica

As operações de crédito apresentam historicamente uma correlação direta com o desempenho da economia nacional. Eventual retração no nível de atividade da economia brasileira, ocasionada seja por crises internas ou crises externas, pode acarretar à Companhia redução do seu nível de operações e receitas e, ainda, o aumento nos índices de inadimplência de suas operações já contratadas.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de não se cumprir com as obrigações de pagamento no prazo ou de realizá-lo com um custo excessivo. Entre as tipologias das perdas ocasionadas por esse risco, se encontram as perdas por vendas forçadas de ativos ou impactos na margem pelo descasamento entre as previsões de saídas e entradas de caixa.

O Risco de Liquidez da Companhia ocorreria em cenários de não recebimento de parte do fluxo de caixa de ativos (principalmente créditos) e/ou oriundo pela perda de passivos sem a recomposição por novos a preços de mercado. Tal fato poderia estar relacionado a eventos sistêmicos e/ou idiossincráticos.

Aumento da carga tributária

Alterações na legislação tributária, inclusive eventual majoração do IOF sobre operações de crédito, como observado recentemente, podem impactar adversamente o resultado operacional da Companhia, ao elevar o custo das operações de financiamento e reduzir a atratividade das condições ofertadas aos clientes. Esse efeito é particularmente relevante para instituições com negócios concentrados em crédito ao consumo.

No atual contexto de ajustes fiscais e busca por equilíbrio das contas, permanece a possibilidade de novos ajustes tributários. Esse ambiente exige monitoramento constante, disciplina na precificação e foco em eficiência operacional, de forma a preservar margens e

4.1 Descrição dos fatores de risco

competitividade em um cenário de elevada sensibilidade do negócio às condições fiscais e tributárias.

Mudanças na economia global e outros mercados emergentes

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários níveis, pela economia global e condições do mercado, e especialmente por economias emergentes, incluindo os países da América Latina. A reação dos investidores ao desenvolvimento em outros países pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Isso poderia afetar desfavoravelmente a Companhia em acessar os mercados financeiros e de capitais e financiar suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou até mesmo limitar esse acesso.

O cenário global ao final de 2025 e início de 2026 permanece marcado por elevado nível de incerteza, apesar de sinais pontuais de estabilização em algumas economias avançadas. A inflação mostra-se resistente sobretudo em energia e serviços, levando os principais bancos centrais — como o Federal Reserve e o Banco Central Europeu — a manterem juros em patamares restritivos por período prolongado, com apenas ajustes graduais. Esse ambiente de política monetária restritiva tende a limitar o crescimento global e a pressionar setores intensivos em crédito, incluindo o mercado automotivo.

Paralelamente, o sistema financeiro internacional tem registrado episódios pontuais de estresse e volatilidade, associados à exposição de algumas instituições a ativos sensíveis a juros elevados e à reprecificação do risco. Embora as autoridades tenham atuado para preservar a liquidez e reduzir riscos sistêmicos, os níveis de confiança permanecem sensíveis, afetando o custo de captação e os fluxos globais de crédito. Esse contexto pode resultar em maior seletividade na concessão de financiamentos, pressão sobre spreads e necessidade de ajustes estratégicos para sustentar a demanda por crédito em um ambiente internacional ainda instável.

(h) Países estrangeiros em que o Emissor atue

A companhia tem atuação apenas no mercado brasileiro.

(j) Questões sociais

O risco social é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade. Os riscos sociais associados às instituições financeiras são, em sua maioria, indiretos e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os clientes, por meio de atividades de financiamento e investimento.

Em relação às atividades da Companhia, os veículos financiados aos clientes podem ser utilizados em atividades que podem gerar um impacto social negativo. Para isso, na fase pré-contratação a Companhia realiza consultas às atividades exercidas pelos clientes.

(k) Questões ambientais

O risco ambiental é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à ao meio ambiente. Os ambientais associados às instituições financeiras são, em sua maioria, indiretos e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os clientes, por meio de atividades de financiamento e investimento.

Em relação às atividades da Companhia, os veículos financiados aos clientes podem ser utilizados em atividades que podem gerar um impacto ambiental negativo. Para isso, na fase pré-contratação a Companhia realiza consultas às atividades exercidas pelos clientes.

Por meio do financiamento de veículos, a Companhia fomenta operações de financiamentos de veículos que podem ser utilizados em diversos setores, sendo que estes podem afetar de forma significativa todo um ecossistema, envolvendo comunidades, flora e fauna local. Caso um cliente, no desenvolvimento de suas atividades, provoque impactos

4.1 Descrição dos fatores de risco

ambientais tais como contaminação de solo e água, poluição acima das regulamentações e/ou desastres ambientais, este tem a obrigatoriedade direta de reparar os danos provocados.

Conseqüentemente, os resultados das atividades ambientais dos clientes podem afetar a sua capacidade de pagamento, bem como a imagem da Companhia ou afetar os veículos ofertados como garantia de crédito.

(l) Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

O risco climático pode ser entendido como um risco transversal em relação aos tipos de riscos tradicionais que a Companhia gerencia no curso de suas atividades. sendo considerados em duas categorias: físicos e de transição.

Os fatores de riscos identificados pela Companhia são classificados por categoria (físicos ou de transição), por tipo (agudo, crônico, mudanças políticas, legais, tecnológicas e de mercado).

Conforme os reportes ambientais da Companhia, considerando as atividades das instituições financeiras, entendemos que os riscos climáticos podem afetar a Companhia através do impacto negativo que estas questões podem afetar os nossos clientes, ocasionando riscos de crédito.

(m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A Companhia entende que os principais riscos envolvendo a sua operação foram abordados nos itens acima.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Descrição dos 5 principais fatores de risco

Entendemos que nossos 5 principais riscos são:

- **Riscos relacionados a fatores macroeconômicos**

- **Risco de crédito**

- **Risco Operacional**

- **Risco de Liquidez**

- **Risco de Mercado**

Vide item 4.1 e 4.3 deste Formulário para informações completas.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

No curso normal de seus negócios, o Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) está exposto a vários riscos que são inerentes às suas atividades.

A maneira como são identificados e geridos esses riscos é fundamental para a sua lucratividade, sendo os riscos mais significativos os seguintes:

Risco de Mercado

- Efeitos da elevação da taxa de juros;
- Instabilidade da taxa de câmbio e desvalorização do Real; e
- Análise de Sensibilidade

Risco de Mercado

O risco de mercado está relacionado ao impacto negativo sobre o valor dos ativos e passivos da Companhia causado por oscilações de fatores como taxa de juros ou taxas de câmbio, conforme destacado abaixo:

(i) Efeitos da Elevação da Taxa de Juros

As dívidas da Companhia estão sujeitas à variação das taxas de juros praticadas no mercado, assim como os contratos de financiamento pela Companhia com seus clientes. Na hipótese de elevação das taxas de juros, (i) serão aumentados os custos da dívida da Companhia; (ii) o risco de crédito dos clientes da Companhia poderá se deteriorar e (iii) as demais atividades da Companhia relacionadas aos juros, também poderão ser afetadas, contribuindo, também, para o aumento dos custos da Companhia. Neste caso, os negócios da Companhia, sua condição financeira e o resultado de suas operações serão afetados negativamente.

As taxas de juros constituem um dos principais instrumentos de manutenção da política monetária do Governo Federal. Uma política monetária restritiva que implique no aumento da taxa de juros reais de longo prazo, por conta de uma resposta do Banco Central do Brasil a um eventual aumento inflacionário pode causar uma diminuição generalizada do investimento privado afetando diretamente o mercado de financiamento de automóveis e, conseqüentemente, a Companhia. Contudo, a Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro e, portanto, não pode prevê-las.

(i) Instabilidade da taxa de câmbio e desvalorização do real

A moeda brasileira sofre historicamente de alta volatilidade em relação a outras moedas. No âmbito interno, temos no histórico a mudança de regimes cambiais, uso de planos econômicos, controles sobre fluxos, etc. No âmbito externo, as expectativas macroeconômicas em torno de economias desenvolvidas (como EUA e União Europeia) e emergentes (como a China) colaboram para aumentar a volatilidade do real frente às demais moedas, dado que o Brasil tem economia em grande parte vinculada ao setor externo. Ainda que modelos de previsão e expectativas de mercado possibilitem a construção de cenários, não é possível inferir que a cotação do real frente a outras moedas permanecerá em determinado nível, seja ele de real valorizado ou desvalorizado, por tempo indeterminado, sendo necessário o acompanhamento constante dos fatores de riscos vis a vis posições assumidas pela Companhia.

Como cenários de riscos; as desvalorizações do real frente a outras moedas podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, que por sua vez podem afetar negativamente as operações e a situação financeira da Companhia. As desvalorizações do real tendem a causar aumento do custo dos insumos de produção e conseqüentemente aumento da inflação. A inflação, por sua vez, corrói o poder de compra e de poupança da economia, favorecendo o estabelecimento de cenários de recessão. Por outro lado, valorizações da taxa de câmbio podem ser desfavoráveis a setores exportadores e indústria local, dada maior atratividade dos produtos importados. Desse modo, as situações mencionadas anteriormente podem afetar desfavoravelmente os negócios, resultados operacionais e financeiros e fluxo de caixa da Companhia.

Os riscos relacionados à instabilidade da taxa de câmbio e desvalorização do real para a Companhia são de perfil qualitativo, de forma que sua mensuração objetiva é inviável, uma vez que atualmente a Companhia não possui operações indexadas em moedas estrangeiras, sendo a Companhia afetada indiretamente por esse risco.

(ii) Análise de sensibilidade

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados com as metodologias do Conglomerado Santander. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Novo Método Padronizado de Basiléia II do Banco Central do Brasil. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Companhia e seus eventuais "hedges".

A Companhia efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Companhia, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2025, e não apresentava saldo na carteira de negociação.

Por meio da análise de sensibilidades e dada a estrutura de ativos, passivos e coberturas (derivativos) da companhia, temos que, em 31/12/2025, variações de 10bps paralelos e aditivos na curva de juros levariam a uma redução de R\$ 0,07 MM no valor econômico da companhia. De modo similar, caso a curva de juros pré-fixada mude em 25% e 50% de forma paralela e multiplicativa, a redução de valor econômico seria de R\$ 0.55 MM e R\$ 0.38 MM, respectivamente. Não há risco de mercado representativo gerado pelo risco de taxa de juros em outros indexadores ou moedas, tampouco há risco de variação cambial assumido pela companhia.

Risco	(R\$ milhares)		
	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Taxa de Juros em Reais	(69)	(552)	(377)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

(2) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas, de acordo com a norma nº 475/2008 da CVM, considerando as

Cenário 1: Uma situação considerada provável pela administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 ponto base para taxa de juros.

Cenário 2: Uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: Uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) atualmente está sujeito a processos judiciais e administrativos sobre diversas questões legais, regulatórias e administrativas decorrentes do curso normal de seus negócios. As principais categorias de processos administrativos e judiciais às quais estamos sujeitos incluem: ações administrativas e judiciais relativas a tributos; ações judiciais cíveis, especialmente as propostas por clientes relativas aos produtos de financiamento, arrendamento e serviços, em especial ações de repetição de tarifas, revisionais e indenizatórias; e processos instaurados por antigos funcionários relativos a supostas violações de direitos trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2025, excetuando-se os processos de cobrança de busca e apreensão e reintegração de posse movidos contra clientes, a Companhia possuía em sua carteira 2.550 processos administrativos e judiciais, sendo 2.101 processos judiciais cíveis, 397 processos fiscais e 52 processos judiciais trabalhistas e.

A Companhia não registra provisões quando o risco de perda é remoto e/ou possível e até quando não seja prolatada sentença judicial de primeiro grau. Quando existe um risco provável de perda, geralmente a Companhia tenta realizar acordos. A Companhia registra provisões (i) com base na análise e parecer legal dos consultores jurídicos interno e externo ou (ii) considerando a média histórica de perdas em determinadas categorias de ações.

Processos Administrativos

A Companhia é parte em processos administrativos, sobretudo de natureza tributária. Apresentamos a seguir os detalhes dos processos administrativos em que a Companhia é parte, que não estão sob sigilo e que a Companhia considera relevantes em 31 de dezembro de 2025.

Auto de Infração nº 10980.721.771/2018-39 – PIS/COFINS	
(a) Juízo	Delegacia da Receita Federal em Curitiba/PR
(b) Instância	Administrativa – Inicial
(c) Data de Instauração	02/04/2018
(d) 0020Partes no Processo	Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba x Banco RCI Brasil S/A
(e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de um auto de infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal em Curitiba em face do Banco RCI Brasil S/A a fim de cobrar diferenças de valores de PIS/COFINS em razão da forma de contabilização das operações de leasing, sendo estas supostas diferenças decorrentes de i) a Estorno de Receitas Típicas, de venda de bens e não dedutíveis; ii) Deduções de despesas não Demonstradas e não Comprovadas; iii) Deduções de despesas Insuficiência de Depreciação não demonstradas; iv) Apropriação de valores “Negativos” de Superveniência de Depreciação; v) Estorno de receitas de Juros de Mora no Leasing, não dedutíveis.
(f) Principais Fatos	O valor discutido no auto de infração em Jun/2018, considerando o valor do crédito original, juros e multa, é de R\$ 184.965.182,93. Em 8.3.2019, a empresa foi intimada do relatório de diligência que acolheu parte dos esclarecimentos prestados, propondo o cancelamento da exigência em aproximadamente 35% do valor da autuação, relativo aos valores que foram tributados em duplicidade, o que foi devidamente comprovado em impugnação. Em 8.4.2019 foi realizado protocolo da manifestação em face ao relatório de diligência. Em 24.12.2019 a empresa foi intimada da decisão de primeira instância, que acolheu a proposta do relatório de diligência e cancelou cerca de 35% do valor da autuação, relativo aos valores que foram tributados em duplicidade. Em face desta decisão foi interposto recurso de

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	ofício. Em 23.1.2020 foi apresentado recurso voluntário, o qual permanece até o presente momento, o julgamento.
(g) Chance de Perda	Possível em relação aos tributos e juros (R\$ 176.167.547,71) Remota em relação à multa aplicada (R\$ 143.511.088,12)
(h) Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Em caso de perda, a Companhia terá que realizar desembolso de R\$ 319.678.635,83

Processos Cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, o contingente de ações cíveis da Companhia, é composto por 2.101 ações, sendo: 04 ações cíveis envolvendo demandas propostas por entidades de defesa dos direitos dos consumidores, 33 ações envolvendo relações comerciais da Companhia; e 2.064 ações propostas por consumidores e relacionadas com os produtos de financiamentos e arrendamento mercantil.

O total provisionado para as ações cíveis no período em questão é de R\$ 8.395678,09.

Processos Fiscais

A Companhia é parte de processos administrativos e judiciais relativos a assuntos fiscais.

Os principais processos judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias estão relacionados à discussão da base de cálculo do imposto de Programas de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“PIS/COFINS”) (art. 3º, § 1º, da Lei Federal nº 9.718/98), diferença de alíquota do imposto de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) (medida provisória 413/08 e Lei Federal nº 11.727/08), discussões relativas à competência para o recolhimento do ISS incidente sobre contratos de arrendamento mercantil, além da exigência de imposto sobre a propriedade de veículos automotores (“IPVA”) vinculados a veículos arrendados.

O total provisionado para as discussões fiscais e respectivas obrigações legais em 31 de dezembro de 2025 é de R\$26.625.714,92.

Apresentamos a seguir os detalhes dos processos fiscais em que somos parte, que não estão sob sigilo e que consideramos relevantes em 31 de dezembro de 2025.

Mandado de Segurança nº 0021888-29.2006.4.03.6100 - PIS / COFINS	
(a) Juízo	2ª Vara Federal de São Paulo/SP
(b) Instância	Superior Tribunal de Justiça
(c) Data de Instauração	04/10/2006
(d) Partes no Processo	Banco RCI Brasil S/A e outros x Delegado da Delegacia da Receita Federal de Instituições Financeiras de São Paulo – DEINF
(e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação proposta pela Companhia e outras instituições a fim de que seja declarada a inexistência de relação jurídico-tributária entre as partes no que se refere ao disposto pelo artigo 3º, caput, § 1º, da Lei nº 9.718/98, refutando a aplicação do conceito de receitas financeiras para apuração da base de cálculo do PIS e da COFINS ao invés do conceito de faturamento, assim entendido como o produto exclusivamente da venda de mercadorias, da prestação de serviços ou da combinação de ambas.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(f) Principais Fatos	Em razão das diferenças acima mencionadas foram depositados no curso do processo: R\$ 31.112.013,00.
(g) Chance de Perda	Provável
(h) Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Em caso de perda, os valores consignados ao longo do processo a título das diferenças de apuração dos tributos serão liberados em favor da União Federal e a Companhia terá que realizar desembolso de caixa no valor da diferença e registro no resultado contábil no valor total do depósito, sendo que há provisão de 15 Milhões.

Execução Fiscal nº 0797977-79.2013.8.05.0001 - Município de Salvador-BA	
(a) Juízo	1ª Vara da Fazenda de Salvador/BA
(b) Instância	Inicial - aguarda sentença
(c) Data de Instauração	31/10/2013
(d) Partes no Processo	Prefeitura Municipal de Salvador x Banco RCI Brasil S/A
(e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de execução fiscal promovida pelo Município de Salvador/BA em razão de valores supostamente devidos a título de ISS em razão de contratos de arrendamento mercantil firmados no município no período de 2011. Valor total envolvido de R\$ 1.410.653,96.
(f) Principais Fatos	Município alega que a competência para recolhimento do ISS é no município de circulação do veículo, nada obstante a tese da Companhia, com base em precedentes do STJ é de que a competência é do local da sede a empresa, ou seja, Curitiba-PR. Valor exigido pelo município é de R\$ 1.360.431,53.
(g) Chance de Perda	Possível
(h) Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Em caso de decisão do Superior Tribunal de Justiça contrariando os julgados anteriores e entendimento consolidado na Corte, a Companhia terá que realizar desembolso de caixa e registro no resultado contábil no valor total de R\$ R\$ 2.065.283,81.
Tutela Cautelar Antecedente nº 0003918-46.2017.8.16.0179 – Estado do Paraná	
(a) Juízo	5ª Vara da Fazenda de Pública de Curitiba/PR
(b) Instância	Inicial - aguarda sentença
(c) Data de Instauração	30/11/2017
(d) Partes no Processo	Banco RCI Brasil S/A x Estado do Paraná
(e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de medida cautelar antecedente a fim de depositar em juízo os valores de débitos de IPVA inscritos em nome do Banco RCI Brasil em razão dos veículos objetos de contratos de leasing já encerrados.
(f) Principais Fatos	O Estado do Paraná inscreveu em nome do Banco RCI Brasil o valor de R\$ 662.773,96 referente a IPVAs em atraso, os quais estão vinculados a contratos de arrendamento mercantil já quitados. A fim de suspender a exigibilidade de tais débitos o Banco RCI Brasil depositou judicialmente o valor total exigido, pretendendo discutir a exigibilidade dos débitos na sequência.
(g) Chance de Perda	Provável
(h) Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Em caso de decisão contrária aos interesses do Banco RCI Brasil, este terá que realizar desembolso de caixa e registro no resultado contábil no valor total dos débitos, sendo que há uma provisão para o caso de R\$ 1.007.933,39.

Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, o contingente de ações trabalhistas da Companhia corresponde a 52 processos que, de modo geral, pleiteiam remuneração por horas extras trabalhadas, perda salarial e outros direitos trabalhistas, além de ações de empregados terceirizados pretendendo o reconhecimento de vínculo trabalhista. Em 31 de dezembro de 2025, a

4.4 Processos não sigilosos relevantes

provisão para os passivos judiciais contingentes da Companhia com risco de perda provável e obrigações legais eram de R\$12.414.364,88.

Processos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui nenhuma contingência ambiental.

4.5 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item

Em 31 de dezembro de 2025, o valor total provisionado referente aos 2.550 processos discriminados no item 4.3, incluindo processos relevantes descritos nos itens acima, é de R\$ 47.435.757,89.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item

O valor total provisionado referente aos itens do ponto 4.4 é de R\$ 47.435.757,89.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 - Processos sigilosos relevantes

Todos os processos relevantes foram divulgados nos itens anteriores. Na data deste Formulário, não há processos judiciais relevantes, procedimentos administrativos e/ou arbitrais que tramitam e/ou são conduzidos em segredo de justiça em que o Banco RCI Brasil S.A. seja parte.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Item não obrigatório para a Companhia como emissora registrada na categoria "B".

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Item de preenchimento facultativo à Emissor registrado na categoria B.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Item de preenchimento facultativo à Emissor registrado na categoria B.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Item de preenchimento facultativo à Emissor registrado na categoria B.

d. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os trabalhos dos auditores independentes são acompanhados pela equipe de Compliance e Controles Internos da Companhia. Ao final do processo, os auditores independentes elaboram relatório contendo os principais tópicos dos trabalhos de auditoria, incluindo eventuais deficiências de controles e procedimentos.

Este relatório é submetido à apreciação da Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Companhia, os quais deverão elaborar os planos de correção à eventuais deficiências de acordo com o objeto de cada item discutido.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme o relatório dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2025, não foram constatadas deficiências relevantes em relação às operações da Companhia.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia não possui relacionamento comercial de forma direta com órgãos públicos, que venham a originar riscos relacionados a fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Igualmente:

- Todos os riscos operacionais (incluindo imagem, financeiros, entre outros) são revisados de forma anual em workshops com os gestores das áreas, em processo denominado “cartografia de riscos”, o qual possui, entre outros objetivos, o intuito de apurar alterações em práticas / processos da entidade que possam refletir em um aumento do nível de risco. O resultado deste trabalho é apresentado a um Comitê Sênior da Companhia, assim como reportado aos Acionistas. O descritivo deste processo e controles está disposto na política de Riscos Operacionais.
- Adicionalmente, é promovido de forma bianual um exercício complementar de Workshops com foco em Anticorrupção com todas as áreas da Companhia, na qual são mapeados cenários de Risco de Corrupção em todas as áreas e diretorias. Os riscos eventualmente identificados sem controle mitigatório são objeto de planos de ação e o resultado é reportado para a alta Administração da Companhia, assim como para a Matriz na França.
- Cabe também mencionar que anualmente os é realizada diligência, conforme metodologia Global, de Riscos de Integridade em Parceiros, Clientes e Fornecedores. O resultado também é reportado à Alta Direção, assim como
- Em relação à políticas e procedimentos, a Companhia possui controle de data de aplicação e validade (não superior a 02 anos), sendo realizado follow-up periódico com as áreas para a atualização dos referidos documentos. Este processo está disposto na norma interna de Governança de Procedimentos.
- Adicionalmente, quaisquer possíveis envolvimento com órgãos públicos devem ser validados previamente por Comitê Sênior da Companhia, com envolvimento de áreas-chave como Compliance e Jurídico.

5.3 Programa de integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A estrutura organizacional da Companhia envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos é a área de Compliance, a qual se reporta de forma independente ao Diretor Presidente.

Ainda a Companhia implementou uma Política de Conformidade nos termos da Resolução 4.595/2017 do Banco Central do Brasil.

É de responsabilidade da área de Compliance:

- A administração, realização e follow-up dos treinamentos regulatórios (incluindo Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Política Anticorrupção e Código de Ética);
- Tratamento de denúncias que possam ser originadas nos Canais oficiais da Companhia;
- Monitoramento das disposições legais advindas dos Órgãos Reguladores (incluindo forma e prazo para implementação);
- Zelar pelo cumprimento e divulgação das políticas da Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética utilizado pelo emissor refere-se ao Código Global de ética do Grupo Renault, aprovado pelas alçadas competentes na Matriz.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;

5.3 Programa de integridade

A Companhia possui canal de denúncias operacionalizado pelo Banco Santander (líder do conglomerado prudencial), sendo aberto para o recebimento de denúncias de colaboradores, bem como terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, correspondente bancários e outros.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias também é aberto ao público externo à Companhia (terceiros).

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Sim, o canal de denúncias utilizado pela Companhia possui mecanismos de anonimato e proteção dos denunciante.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A análise dos casos reportados no canal é realizada pela Área de Compliance da Companhia.

(c) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia não possui relacionamento comercial de forma direta com órgãos públicos, além disso são adotadas regras, políticas, procedimentos objetivando evitar qualquer tipo de fraude ou ilícito envolvendo entes da administração pública conforme indicado nos itens acima.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Item não obrigatório para a Companhia como emissora registrada na categoria "B".

5.5 Outras informações relevantes

5.5. - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações que a Companhia entende como relevantes para este relatório foram descritos nos itens anteriores.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Santander (Brasil) S.A.						
90.400.888/0001-42	Brasil	Sim	Sim	29/01/2016		
Não						
80.784	39,891	80.556	39,891	161.340	39,891	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RCI Banque						
05.475.030/0001-78	Brasil	Sim	Sim	29/01/2016		
Não						
121.728	60,109	121.385	60,109	243.113	60,109	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
202.512	100,000	201.941	100,000	404.453	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco Santander (Brasil) S.A.				90.400.888/0001-42	
ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS					
00.000.000/0000-00	Brasil	Não	Não	30/04/2025	
Não					
3.099.379	0,081	3.099.380	0,084	6.198.759	0,083
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BANCO SANTANDER S/A ESPANHA					
21.242.785/0001-89	Espanha	Não	Não	30/04/2025	
Sim					
2.696.163	0,071	0	0,000	2.696.163	0,036
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Grupo Empresarial Santander, S.L					
06.164.067/0001-48	Espanha	Não	Sim	30/04/2022	
Sim					
1.627.891.019	42,630	1.539.863.493	41,846	3.167.754.512	42,245
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco Santander (Brasil) S.A.				90.400.888/0001-42	
Sterrebeeck B.V					
09.473.556/0001-70	Holanda	Não	Sim	30/04/2022	
Sim					
1.809.583.330	47,387	1.733.643.596	47,112	3.543.226.926	47,252
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
13.642.399	0,357	13.642.399	0,371	27.284.798	0,364
OUTROS					
361.782.741	9,474	389.587.152	10,587	751.369.893	10,020
TOTAL					
3.818.695.031	100,000	3.679.836.020	100,000	7.498.531.051	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCI Banque				05.475.030/0001-78		
Renault S.A.S						
07.085.784/0001-47	Francesa	Não	Sim	31/12/2016		
Não						
999.999	100,000	0	0,000	999.999	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
TOTAL						
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Grupo Empresarial Santander, S.L				06.164.067/0001-48	
Banco Santander S/A Espanha					
05.707.616/0001-10	Espanhola	Não	Sim	31/12/2017	
Não					
468.793.507	99,106	0	0,000	468.793.507	99,106
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Santander Investment I, S.A.					
	Espanhola	Não	Não	31/12/2017	
Sim					
2.442.373	0,516	0	0,000	2.442.373	0,516
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Santander Investment, S.A.					
	Espanhola	Não	Não	31/12/2017	
Sim					
1.787.400	0,378	0	0,000	1.787.400	0,378
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Grupo Empresarial Santander, S.L				06.164.067/0001-48		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
473.023.280	100,000	0	0,000	473.023.280	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Renault S.A.S				07.085.784/0001-47		
Renault S.A.						
	Francesa	Não	Sim	31/12/2017		
Sim						
35.012.532	100,000	0	0,000	35.012.532	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
35.012.532	100,000	0	0,000	35.012.532	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sterrebeeck B.V				09.473.556/0001-70		
Banco Santander S/A Espanha						
05.707.616/0001-10	Espanhola	Não	Sim	31/12/2017		
Sim						
2.639.306	100,000	0	0,000	2.639.306	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.639.306	100,000	0	0,000	2.639.306	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco Santander S/A Espanha				05.707.616/0001-10	
Invest Institucionais					

	Espanha	Não	Não	31/12/2017	

Não					
9.763.066.229	60,504	0	0,000	9.763.066.229	60,504
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Membros do Conselho					

		Não	Não	31/12/2017	

Sim					
182.179.791	1,129	0	0,000	182.179.791	1,129
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Minoritários					

00.000.000/0000-00	Espanha	Não	Não	31/12/2017	

Não					
6.190.907.562	38,367	0	0,000	6.190.907.562	38,367
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Santander S/A Espanha				05.707.616/0001-10		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
16.136.153.582	100,000	0	0,000	16.136.153.582	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco Santander S/A Espanha				05.707.616/0001-10	
Invest Institucionais					

	Espanha	Não	Não	31/12/2017	

Não					
9.763.066.229	60,504	0	0,000	9.763.066.229	60,504
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Membros do Conselho					

		Não	Não	31/12/2017	

Sim					
182.179.791	1,129	0	0,000	182.179.791	1,129
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Minoritários					

00.000.000/0000-00	Espanha	Não	Não	31/12/2017	

Não					
6.190.907.562	38,367	0	0,000	6.190.907.562	38,367
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Santander S/A Espanha				05.707.616/0001-10		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
16.136.153.582	100,000	0	0,000	16.136.153.582	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Renault S.A.					
Daimler Pension Trust e V.					
	Alemã	Não	Não	31/12/2017	
Sim					
9.167.391	3,150	0	0,000	9.167.391	3,150
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FUNCIONÁRIOS					
	França	Não	Não	31/12/2017	
Não					
6.168.600	2,119	0	0,000	6.168.600	2,119
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Governo Francês					
	França	Não	Não	31/12/2017	
Sim					
58.387.915	20,060	0	0,000	58.387.915	20,060
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Renault S.A.						
Nissan Finance. Co, Ltd.						
	Japonesa	Não	Não	31/12/2017		
Sim						
44.358.343	15,240	0	0,000	44.358.343	15,240	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
172.990.490	59,432	0	0,000	172.990.490	59,432	
TOTAL						
291.072.739	100,000	0	0,000	291.072.739	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Daimler Pension Trust e V.						
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Nissan Finance. Co, Ltd.						
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	26/06/2018
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	2
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

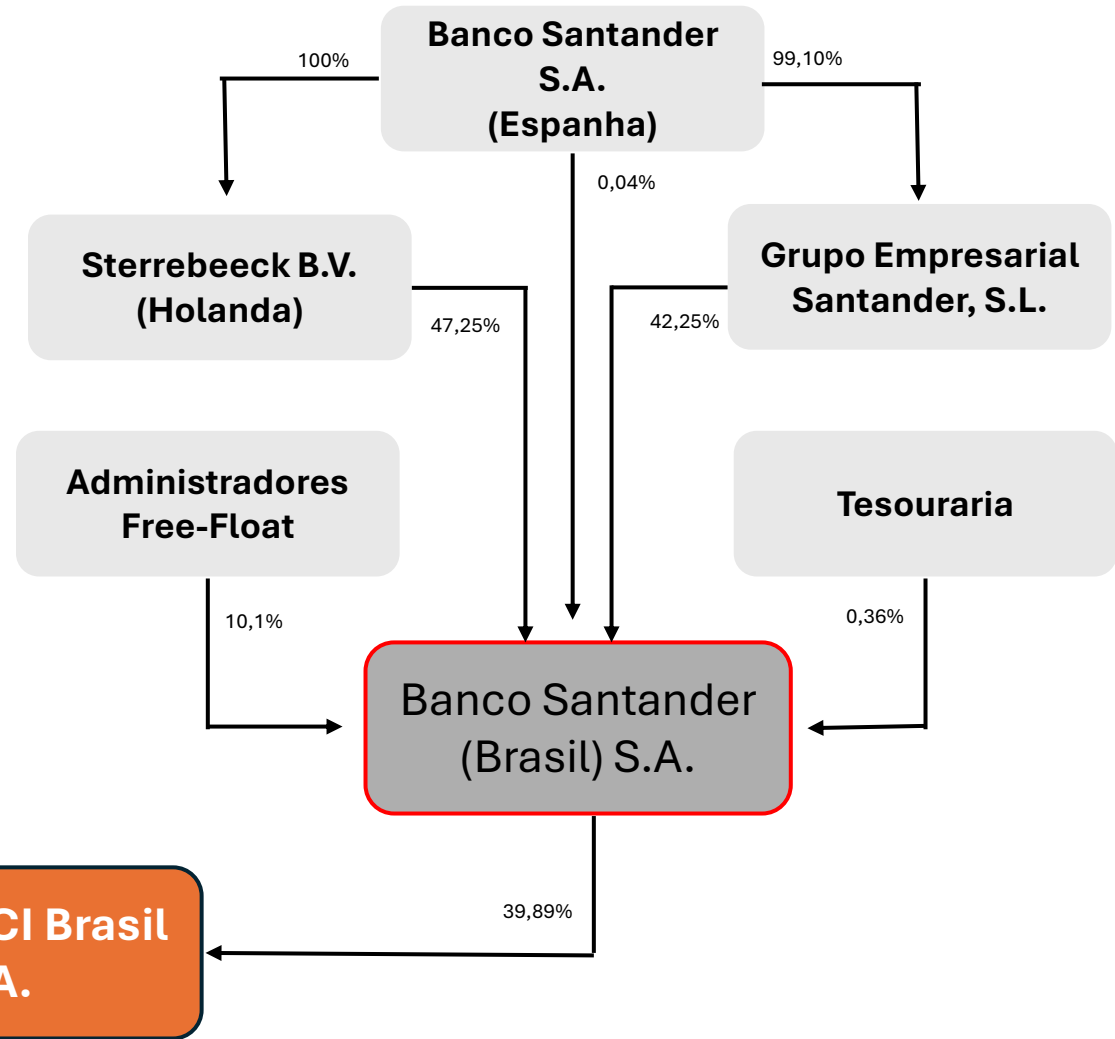
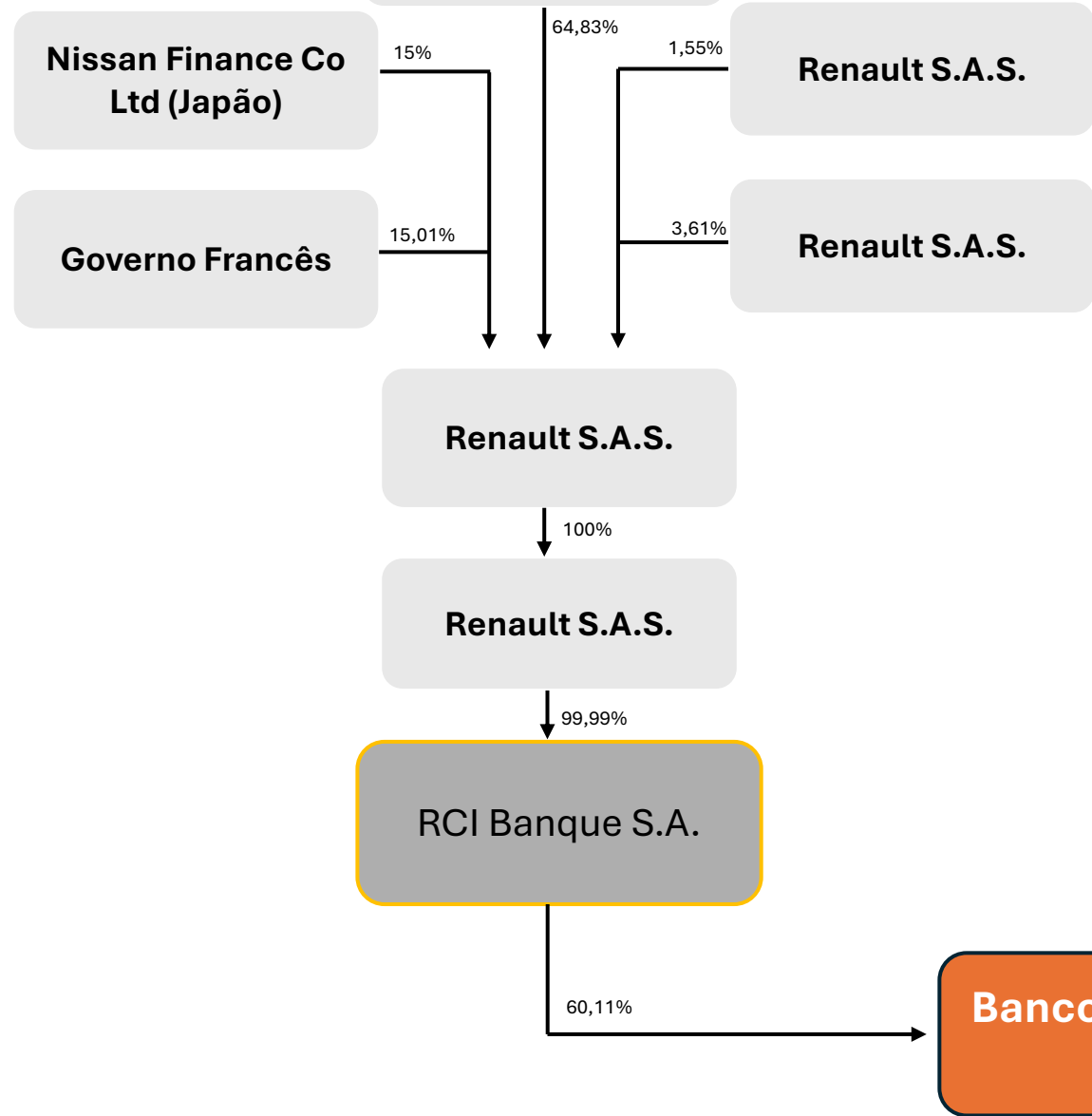
Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

**Ações Pulverizadas
na Bolsa**

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.6 Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Não há outras informações relevantes a reportar além do já informado nos itens anteriores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

[Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Companhia, identificando:]

- a. Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso a Companhia a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

N/A

- b. Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- i. A periodicidade das avaliações e sua abrangência

N/A

- ii. Metodologia adotada e os principais critério utilizados nas avaliações

N/A

- iii. Se forem contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

N/A

- c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Itens "a" a "c" de preenchimento facultativo para Emissor registrado na categoria "B".

- d. Por órgão

- i. Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgão	Gênero	
	Masculino	Feminino
Conselho de Administração	100%	0%
Diretoria	100%	0%

- ii. Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Órgão	Cor/Raça			
	Branca	Preta	Parda	Amarela ou

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

				Indígena
Conselho de Administração	100%	-	-	-
Diretoria	100%	-	-	-

iii. Número total de membros, agrupados por outros atributos de diversidade que a Companhia entenda relevantes

Conselho de Administração	
Pessoas com Deficiência - PCD	0 %
Abaixo de 30 anos	0%
Entre 30 e 50 anos	50%
Acima de 50 anos	50%

e. Se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não há objetivos específicos relativos ao tema para as composições dos órgãos estatutários.

f. Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Possuímos uma política de Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática que guia as atividades da Companhia e Conselho de Administração em relação ao tema. Nossa governança busca incluir o ASG em nossa cultura e no nosso dia a dia por meio de treinamentos internos.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	6	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 16	0	16	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	6	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 16	0	16	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	6	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 16	0	16	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Item de preenchimento facultativo para Emissor registrado na categoria "B".

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome CARLOS ALBERTO JANZ JUNIOR **CPF:** 035.202.079-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 25/06/1982

Experiência Profissional: O Sr. Carlos Alberto Janz Junior nasceu em 25/06/1982. Graduiu-se em Processamento de Dados pela OPET – Organização de Ensino Técnico do Paraná e, posteriormente, em Direito pela UNIBRASIL – Centro Universitário do Brasil e realizou Mestrado em Finanças, Controladoria e Compliance pela FGV – Fundação Getúlio Vargas. O Sr. Carlos atua no mercado financeiro há mais de 20 anos, com vasta experiência em programação, compliance e cobrança, adquirida enquanto Especialista de Crédito no HSBC Bank Brasil S/A (10 anos). Entre os anos de 2010 e 2013 atuou como Analista de Risco Sênior no Banco CNH Capital – Fiat Industrial, onde teve contato com o mercado automotivo, sendo que desde meados de 2013 integra o grupo RCI. Atualmente ocupa a posição de Gerente Floor Plan (Crédito, Back-Office, Formalização, Crédito Frotas, Políticas e Controles) . Além disso, no período de agosto de 2013 à setembro de 2018 atuou como Analista de Risco Sênior e, na sequência, se tornou Coordenador de Riscos, e entre o período de setembro de 2018 à julho de 2021 ocupou a posição de Gerente de Crédito do Varejo. Atualmente, o Sr. Carlos participa dos Comitês das Montadoras Renault e Nissan, além de participar e conduzir temas junto à Associação de Concessionárias (ABRARE e ABCN).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	13/05/2024	1ª RCA após a AGO de 2024	Outros Diretores	Diretor de Risco	09/08/2024		15/01/2024
Conselho de Administração	29/04/2024	AGO a ser realizada em 2027	Conselho de Administração (Suplente)		11/06/2024	Sim	26/04/2024

Nome CEZAR AUGUSTO JANIQUIAN **CPF:** 176.648.118-30 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economia **Data de Nascimento:** 07/01/1974

Experiência Profissional: O Sr. Janikian é brasileiro, nascido em 17 de janeiro de 1974. Graduado em Economia pela Universidade Mackenzie e Pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas/SP. Iniciou sua carreira no ABN Real S.A., passando ao conglomerado Santander desde agosto de 2009. Foi CEO do Banco Hyundai Capital Brasil entre 2019 e janeiro de 2022. Em março de 2022 foi empossado no cargo de membro titular do Conselho de Administração, sendo empossado no cargo de Diretor de Relações Institucionais em junho de 2022.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	29/04/2024	Até a AGO de 2027	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Rel. Invest.		11/06/2024	Sim	28/03/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome DANIEL MENDONÇA PARETO **CPF:** 043.546.967-38 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 04/07/1978

Experiência Profissional: Daniel Pareto é brasileiro e nasceu em 04 de julho de 1978. É formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre 2001 e 2006 foi advogado da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG e entre 2008 e 2015 integrou o departamento jurídico da SulAmérica S.A. ocupando os cargos de Consultor de Governança Corporativa, Gerente e posteriormente Superintendente Jurídico, responsável pelo Jurídico Societário, Legal M&A e Governança Corporativa, além de Head de Compliance entre 2013 e 2015. No Santander Brasil desde 2015, se tornou membro da Diretoria do Banco Santander em 2023, sendo responsável pelo Jurídico Corporativo (Contratos, Consultoria, Societário e Governança). Entre 2021 e 2022 foi presidente do Conselho de Administração da Toro CTVM. Desde dezembro de 2023 é membro do Conselho de Administração da CSD BR – Registradora.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/10/2025	AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		19/11/2025	Sim	19/11/2025

Nome EDUARDO ALVAREZ GARRIDO **CPF:** 228.866.408-83 **Passaporte:** V346153M **Nacionalidade:** Espanha **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 06/07/1973

Experiência Profissional: Mr. Eduardo is Spanish and was born on July 6, 1973. He has a degree in Business Administration from the Universidad Pontificia Comillas in Madrid and also a Bachelor of Laws from the Universidad Pontificia Comillas in Madrid. At Santander Brasil since 2007 he was Superintendent of the Retail, Rentals, Business Development and Quality area and more recently was Executive Superintendent of Strategy, Innovation and NPS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/11/2024	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		19/12/2024	Sim	19/12/2024

Nome JOSÉ LUIS MEDINA DEL RÍO **CPF:** 900.952.648-84 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Espanha **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 18/12/1965

Experiência Profissional: Sr. José Luis Medina Del Río é espanhol, formado em ciências econômicas pela Universidade Autônoma de Madri, Espanha, e em gestão de desempenho pela ESSEC Management Education Institute, Paris, França. Com vasta experiência no mercado financeiro, o Sr. José exerceu o cargo de Controller Internacional na RCI Holding, em Paris, de novembro 1996 a outubro 1999. Foi Diretor Financeiro da RCI Banque Argentina, Buenos Aires, de nov. 1999 a abril 2003. Diretor Geral da RCI Banque Argentina, em Buenos Aires, de maio 2003 a dez. 2005. Diretor Geral da Overlease (empresa de LOCAÇÃO da Nissan e Renault na Espanha), e Diretor Empresas da RCI Banque Espanha, em Madri, de janeiro 2006 a junho 2007. Diretor Financeiro da RCI Banque Espanha, em Madri, de junho 2007 a set 2009. Diretor de Financiamento de Rede e Frota da RCI Banque Espanha, em Madri, de set 2009 a maio 2012. Diretor de Desenvolvimento de Rede e Qualidade do Cliente da NISSAN Espanha e Portugal, em Barcelona, de maio 2012 a agosto de 2014. Diretor Geral da RCI Colômbia, em Medellín, de set 2014 a set 2018. Diretor Geral da RCI Banque Sucursal Argentina, em Buenos Aires, de out/2018 a set/2022 e, desde Outubro de 2022 assumiu o cargo de Diretor Geral do Banco RCI Brasil S/A, ocupando também o cargo de membro titular do Conselho de Administração

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	29/04/2024	AGO de 2027	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente		11/06/2024	Sim	22/09/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MAICK FELISBERTO DIAS **CPF:** 005.359.629-32 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** advogado **Data de Nascimento:** 22/11/1981

Experiência Profissional: O Sr. Maick Dias é brasileiro, nascido em 22 de novembro de 1981. É bacharel em direito pela UTP – Universidade Tuiuti do Paraná e possui LL.M pelo IBMEC/RJ e MBA em Controles Internos e Auditoria Bancária pela Unyleya/RJ. Possui uma grande carreira no ramo financeiro, atuando como gerente jurídico do HSBC Bank Brasil S.A – Banco Múltiplo, onde atuou por 14 anos. No Banco RCI Brasil S.A. desde 2015 atua como Gerente Executivo Jurídico, Compliance Regulatório, Sustentabilidade e DPO.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	10/07/2024	AGO de 2027	Conselho de Administração (Suplente)		07/08/2024	Sim	07/08/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARTIN THOMAS **CPF:** 000.000.000-00 **Passaporte:** 21DK72693 **Nacionalidade:** França **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 22/02/1974

Experiência Profissional: O Sr. Martin Thomas é francês, nascido em 22 de fevereiro de 1974. Graduado pelo Institut Supérieur de Gestion (Paris), começou sua carreira no RCI Banque - DIAC em 1996. Tendo trabalhado no desenvolvimento de rede na BMW França entre 1998 e 2000, ele retornou ao RCI Banque para participar do desenvolvimento internacional do departamento de risco corporativo. Em 2003, foi nomeado Diretor de Risco da subsidiária holandesa, depois Chefe do negócio de Leasing Privado. A partir de outubro de 2006, Martin Thomas supervisionou as operações do RCI Banque nos países nórdicos. Em outubro de 2014, Martin Thomas ingressou no Banco Santander para criar e desenvolver a subsidiária Santander Consumer Finance na França e garantir o estabelecimento da joint venture com o PSA Banque. Tornou-se diretor do PSA Banque France e Crédipar em fevereiro de 2015, e foi nomeado Presidente do Conselho de Administração do Santander Consumer Banque no final de 2015. A partir de setembro de 2020, ele também ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Crédipar. A partir de 22 de janeiro de 2024, Martin Thomas foi nomeado Diretor Executivo do RCI Banque S.A, o grupo que opera sob a marca comercial Mobilize Financial Services.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	06/12/2024	AGO de 2027	Presidente do Conselho de Administração		25/02/2025	Sim	25/02/2025

Nome MAURICIO SILVEIRA PINTO **CPF:** 014.665.370-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 15/07/1987

Experiência Profissional: O Sr. Mauricio Silveira Pinto é brasileiro, nascido em 15/07/1987, e graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de ser mestre em Economia e Finanças pelo Centro de Estudos Monetários y Financieros (Banco Central da Espanha). O Sr. Mauricio ingressou no Grupo Santander no ano de 2011, atuando como Analista Sênior de Validação Interna de Modelos até dezembro de 2013 e, a partir de então, atuou como Coordenador de Gestão de Capital até junho de 2018. Em julho de 2018 integrou o time da Santander Financiamentos como Superintendente de Planejamento e Estratégia. Além disso, é membro do Comitê Executivo da Santander Financiamentos, é responsável por um total de 40 colaboradores, divididos em 4 gerências (Planejamento Financeiro, Gestão de Resultados & Incentivos, Estratégia Comercial e Oferta Concessionárias) e tem forte atuação em questões de valuation de parcerias, acordos comerciais e interações com os demais negócios do Grupo Santander.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2024	AGO de 2027	Conselho de Administração (Suplente)		11/06/2024	Sim	26/04/2024

Nome PAULO SÉRGIO DUAILIBI **CPF:** 527.575.876-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** bancário **Data de Nascimento:** 28/09/1966

Experiência Profissional: O Sr. Paulo Sérgio Duailibi é brasileiro, nascido em 28 de setembro de 1966. É formado em administração de empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestrado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Antes de ingressar no Santander Brasil, o Sr. Paulo ocupou cargos de gestão no Banco J. Safra S.A., BankBoston Banco Múltiplo S.A e Citibank N.A. Foi Vice-Presidente do Conselho Diretor e Membro Efetivo do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança. Como um de nossos diretores, Duailibi é responsável pela Plataforma Tecnológica de Negócios Imobiliários, Financeira e Consórcio, e também é Diretor da Santander Holding Imobiliária desde 2020. Ele também é membro do conselho de administração da Webmotors S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	10/07/2024	AGO de 2027	Conselho de Administração (Suplente)		07/08/2024	Sim	07/08/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RICARDO OLIVARE DE MAGALHÃES **CPF:** 303.533.658-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Bancário **Data de Nascimento:** 26/01/1979

Experiência Profissional: O Sr. Olivare é brasileiro e nasceu em 26 de janeiro de 1979. Graduiu-se em Matemática Estatística pelo Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (IME-USP) e possui Mestrado em Estatística Aplicada também pelo IME-USP. Funcionário do Banco Santander (Brasil) S.A. desde 2001, atuou em diversos cargos na área de crédito da Companhia. Em 2008 ocupou o cargo de Subdirector CRM no Banco Santander México e como Director de Marketing Analítico a partir de 2010. Em 2012 retornou ao Banco Santander (Brasil) S.A. para assumir o cargo de Superintendente Executivo responsável pela estratégia de recuperação de crédito. Em 2017 passou a exercer o cargo de Superintendente Executivo de produtos e canais da Aymore Crédito, Financiamento e Investimento S.A. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Estatutário da Aymore Crédito, Financiamento e Investimento S.A e da Webmotors S.A. Foi eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2022 e sua posse está condicionada à homologação pelo Banco Central do Brasil.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2024	Até a AGO de 2027	Conselho de Administração (Suplente)		11/06/2024	Sim	19/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ROSANO OURIQUES **CPF:** 789.242.009-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 20/12/1969

Experiência Profissional: O Sr. Ouriques brasileiro, administrador de empresas e contabilista graduado, respectivamente, pela Universidade do Estado de Santa Catarina e pela Universidade Federal do Paraná, com Pós-Graduação em Gestão Empresarial pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui mais de 21 anos de experiência nas áreas de gerente de controladoria e executivo e tesouraria, tendo ingressado no Grupo Mobilize Financial Services em janeiro de 2001 como Gerente de Planejamento e Controle, sendo que também ocupou o cargo de Gerente Executivo de Tesouraria até agosto de 2022, data em que assumiu a posição de Diretor Administrativo Financeiro da Companhia e também da posição de membro suplente do Conselho de Administração.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	29/04/2024	AGO de 2027	Outros Conselheiros / Diretores	Suplente do Presidente do Conselho de Administração e Diretor Administrativo Financeiro	11/06/2024	Sim	01/08/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome VINCENT GELLÉ **CPF:** 000.000.000-00 **Passaporte:** 14FV23144 **Nacionalidade:** França **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 23/01/1978

Experiência Profissional: O Sr. Vincent Gellé é francês, nascido em 23 de janeiro de 1978. Pós-Graduado em Administração pela ESSEC – Escola de Negócio (FR). Começou sua carreira no Reino Unido em 2001 com a Renault Financial Services, antes de ingressar na sede do RCI Banque em 2005 como Controlador Financeiro. A partir de 2008, ocupou sucessivamente os cargos de Diretor Administrativo e Financeiro na Coreia do Sul, depois Diretor de Controle de Desempenho do Grupo. Em 2016, ele continuou sua carreira no Japão com o Departamento Financeiro da Nissan, depois na Rússia como Diretor de Vendas e Marketing do RN Bank.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	06/12/2024	AGO de 2027	Outros Conselheiros	Conselheiro Efetivo	25/02/2025	Sim	25/02/2025

7.4 Composição dos comitês

Nome: JOSÉ LUIS MEDINA DEL RÍO **CPF:** 900.952.648-84 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Espanha **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 18/12/1965

Experiência Profissional:

Sr. José Luis Medina Del Río é espanhol, formado em ciências econômicas pela Universidade Autônoma de Madri, Espanha, e em gestão de desempenho pela ESSEC Management Education Institute, Paris, França. Com vasta experiência no mercado financeiro, o Sr. José exerceu o cargo de Controller Internacional na RCI Holding, em Paris, de novembro 1996 a outubro 1999. Foi Diretor Financeiro da RCI Banque Argentina, Buenos Aires, de nov. 1999 a abril 2003. Diretor Geral da RCI Banque Argentina, em Buenos Aires, de maio 2003 a dez. 2005. Diretor Geral da Overlease (empresa de LOCAÇÃO da Nissan e Renault na Espanha), e Diretor Empresas da RCI Banque Espanha, em Madri, de janeiro 2006 a junho 2007. Diretor Financeiro da RCI Banque Espanha, em Madri, de junho 2007 a set 2009. Diretor de Financiamento de Rede e Frota da RCI Banque Espanha, em Madri, de set 2009 a maio 2012. Diretor de Desenvolvimento de Rede e Qualidade do Cliente da NISSAN Espanha e Portugal, em Barcelona, de maio 2012 a agosto de 2014. Diretor Geral da RCI Colômbia, em Medellín, de set 2014 a set 2018. Diretor Geral da RCI Banque Sucursal Argentina, em Buenos Aires, de out/2018 a set/2022 e, desde Outubro de 2022 assumiu o cargo de Diretor Geral do Banco RCI Brasil S/A, ocupando também o cargo de membro titular do Conselho de Administração

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	07/12/2022	1ª RCA após a AGO de 2025			07/12/2022	07/12/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

N/A

Nome: ROSANO OURIQUES **CPF:** 789.242.009-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 20/12/1969

Experiência Profissional:

O Sr. Ouriques brasileiro, administrador de empresas e contabilista graduado, respectivamente, pela Universidade do Estado de Santa Catarina e pela Universidade Federal do Paraná, com Pós-Graduação em Gestão Empresarial pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui mais de 21 anos de experiência nas áreas de gerente de controladoria e executivo e tesouraria, tendo ingressado no Grupo Mobilize Financial Services em janeiro de 2001 como Gerente de Planejamento e Controle, sendo que também ocupou o cargo de Gerente Executivo de Tesouraria até agosto de 2022, data em que assumiu a posição de Diretor Administrativo Financeiro da Companhia e também da posição de membro suplente do Conselho de Administração.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	13/05/2022	1ª RCA após a AGO de 2025			13/05/2022	13/05/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo de preenchimento facultativo para Emissor na categoria "B".

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo de preenchimento facultativo para Emissor na categoria "B".

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 Acordos/seguros de administradores

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) justifica o não preenchimento do item 7.7 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria “B”.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 Outras informações relevantes

Não aplicável.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Política ou prática de remuneração

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) justifica o não preenchimento do item 8.1 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria “B”.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros				0,00
Nº de membros remunerados				0,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore				0,00
Benefícios direto e indireto				0,00
Participações em comitês				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				0,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações (incluindo opções)				0,00
Observação				
Total da remuneração				0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		4,00		4,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		2.827.021,52		2.827.021,52
Benefícios direto e indireto		624.991,73		624.991,73
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		1.532.654,04		1.532.654,04
Descrição de outras remunerações fixas		Não aplicável.		
Remuneração variável				
Bônus		586.264,77		586.264,77
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Não aplicável.		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		Não aplicável.		
Total da remuneração		5.570.932,06		5.570.932,06

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		4,00		4,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		2.251.763,03		2.251.763,03
Benefícios direto e indireto		406.641,15		406.641,15
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		2.374.553,32		2.374.553,32
Descrição de outras remunerações fixas		n/a		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		741.935,91		741.935,91
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		N/A		
Total da remuneração		5.774.893,41		5.774.893,41

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		4,00		4,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		2.157.515,86		2.157.515,86
Benefícios direto e indireto		357.087,93		357.087,93
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		N/A		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		1.492.719,40		1.492.719,40
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		N/A		
Total da remuneração		4.007.323,19		4.007.323,19

8.3 Remuneração variável

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) justifica o não preenchimento do item 8.4 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria “B”.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 Outorga de opções de compra de ações

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) justifica o não preenchimento do item 8.6 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria “B”.

8.7 Opções em aberto

8.7 Opções em aberto

O Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") justifica o não preenchimento do item 8.7 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria "B".

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Opções exercidas e ações entregues

O Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") justifica o não preenchimento do item 8.8 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria "B".

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) justifica o não preenchimento do item 8.9 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria “B”.

8.10 Outorga de ações

8.10 Outorga de ações

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) justifica o não preenchimento do item 8.10 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria “B”.

8.11 Ações entregues

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Precificação das ações/opções

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) justifica o não preenchimento do item 8.12 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria “B”.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 Participações detidas por órgãos

O Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") justifica o não preenchimento do item 8.13 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria "B".

8.14 Planos de previdência

8.14 Planos de Previdência

O Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") justifica o não preenchimento do item 8.14 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria "B".

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo de preenchimento facultativo para Emissor na categoria "B".

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) justifica o não preenchimento do item 8.16 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria “B”.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Situação não aplicável à Companhia.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)**31/12/2026**

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2025**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2024

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2023

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia entende que todas as informações relevantes sobre este item já foram apresentadas nos questionamentos anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2014	01/01/2014		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das Demonstrações Financeiras, revisão das informações trimestrais – ITR, revisão dos procedimentos adotados para provisionamento das perdas em crédito em atendimento a Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.682/99, revisão dos procedimentos sobre o sistema de controles internos e o de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares em atendimento a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.467/09, revisão do Formulário de Referência.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O total da remuneração dos auditores independentes na prestação de serviços de auditoria e revisão das demonstrações contábeis relativos ao exercício social encerrado em 2017 foi de R\$ 486.644,07 , para o exercício social encerrado em 2018 foi de R\$ 572.000,00, para o exercício social de 2019 foi de R\$596.911,48, para o exercício social de 2020 foi de R\$550.256,01, para o exercício social de 2021 foi de R\$572.444,11, para o exercício social de 2022 foi de R\$654.416,145, para o exercício social de 2023 foi de R\$713.313,645 e para o exercício de 2024 foi de R\$ 763.674,00 (valor líquido de impostos e é referente somente a serviços de auditoria). Os montantes das remunerações se referem a totalidade dos serviços prestados, não houve contratação ou mensuração dos valores de forma individualizada dos serviços.			
Justificativa da substituição			
Em razão da rotatividade periódica obrigatória do auditor independente.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável porque não houve substituição do auditor nos três últimos exercícios sociais.			

Código CVM do Auditor	010723		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
FORVIS MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES LTDA.	Juridica	07.326.840/0001-98	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
05/05/2026	01/01/2026		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das Demonstrações Financeiras, revisão das informações trimestrais – ITR, revisão dos procedimentos adotados para provisionamento das perdas em crédito em atendimento a Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.682/99, revisão dos procedimentos sobre o sistema de controles internos e o de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares em atendimento a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.467/09, revisão do Formulário de Referência.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O total da remuneração dos auditores independentes na prestação de serviços de auditoria e revisão das demonstrações contábeis relativos ao exercício social de 2026 será de R\$ 1.135.000,00.			
Justificativa da substituição			
N/A			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			

N/A

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não aplicável, considerando que não houve a contratação pela Companhia dos auditores independentes ou pessoas a eles ligadas para outras atividades que possam estar relacionadas a conflitos de interesses.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia entende que todas as informações relacionadas ao tema que são relevantes para o relatório foram reportadas nos itens anteriores.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem:

i. identidade autodeclarada de gênero

ii. identidade autodeclarada de cor ou raça

iii. faixa etária

iv. pessoas com deficiência, nos termos da legislação aplicável

v. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

c. índice de rotatividade

Item facultativo ao Banco Santander (Brasil) S.A. por se tratar de Companhia Emissora registrada na Categoria "B".

10.2 Alterações relevantes

10.2 Alterações relevantes

O Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") justifica o não preenchimento do item 10.2 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria "B".

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

O Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") justifica o não preenchimento do item 10.3 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria "B".

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

O Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") justifica o não preenchimento do item 10.4 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria "B".

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em razão dos itens do campo 10 se tratarem de campos facultativo para emissores da categoria "B", a Companhia não tem informações/comentários adicionais.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 Regras políticas e práticas

O Banco RCI Brasil S.A. (“Companhia”) justifica o não preenchimento do item 11.1 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria “B”.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.	31/12/2023	984.585,17	984.585,17	984.585,17	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Empréstimos e adiantamentos a clientes - Juros Floor pla					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Adm Consórcio RCI do Brasil Ltda.	30/10/2019	7.042.500,00	7.065.816,93	7.065.816,93	28 meses	0,000000
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de Câmbi					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários (100% do CDI)					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Adm Consórcio Renault do Brasil	17/11/2023	4.675.000,07	4.711.424,44	4.711.424,44	25 meses	100% do CDI
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de câmbi					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Adm Consórcio Renault do Brasil	25/11/2024	1.674.000,08	1.681.813,65	n/a	25 meses	100% do CDI
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de câmbi					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Adm Consórcio Renault do Brasil	20/10/2025	2.623.000,23	2.661.289,11	2.661.289,11	25 meses	100% do CDI
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de câmbi					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	31/12/2019	1.876.000,00	1.876.000,00	1.876.000,00	30 dias	0,000000
Relação com o emissor	Subsidiária de controlador em conjunto					
Objeto contrato	Outras obrigações - prestação de serviços a paga					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	Outras obrigações - Credores diversos					
Natureza e razão para a operação	Outras obrigações - prestação de serviços a pagar					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	31/12/2023	2.731.841,59	2.731.841,59	2.731.841,59	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Subsidiária de controlador em conjunto					
Objeto contrato	Outras obrigações - Prestação de serviços a paga					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras obrigações - Credores Diversos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	31/12/2024	1.998.841,28	1.998.841,28	n/a	30 dias	n/a
Relação com o emissor	Subsidiária de controlador em conjunto					
Objeto contrato	Outras obrigações - Prestação de serviços a paga					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras obrigações - Credores Diversos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	31/12/2025	2.394.422,49	2.394.422,49	2.394.422,49	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Subsidiária de controlador em conjunto					
Objeto contrato	Outras obrigações - Prestação de serviços a paga					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras obrigações - Credores Diversos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Santander (Brasil) S.A.	31/12/2019	9.383.000,00	9.383.000,00	9.383.000,00	1 dia	0,000000
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Saldo das contas corrente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Santander (Brasil) S.A.	31/12/2019	4.036.656.428,96	4.314.398.846,65	4.314.398.846,65	-	0,000000
Relação com o emissor	Controladora em conjunto					
Objeto contrato	Empréstimo CDI Pré/Pós (Tx média Op. Pré: 6,60%/ Tx média Op Pós: 104,16%)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Depósitos Interfinanceiros					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Santander (Brasil) S.A.	31/12/2020	38.033.000,00	38.033.000,00	38.033.000,00	1 dia	0,000000
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Saldo das contas corrente					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Santander (Brasil) S.A.	31/12/2020	38.033.000,00	38.033.000,00	38.033.000,00	1 dia	0,000000
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Saldo das contas corrente					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Santander (Brasil) S.A.	31/12/2023	8.450.029,91	8.450.029,91	8.450.029,91	1 dia	n/a
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Saldo das contas corrente					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Santander (Brasil) S.A.	31/12/2023	30.000.000,00	30.019.290,90	30.019.290,90	1 dia	N/A
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Aplicações em depósitos interfinanceiro					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Santander (Brasil) S.A.	31/12/2023	2.265.750.000,00	2.640.612.069,09	2.640.612.069,09	0	N/A
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Empréstimo CDI Pré/ Pós (Tx média Op. Pré: 13,33%/ Tx média Op Pós: 109,40%)					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Depósitos Interfinanceiros					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Santander (Brasil) S.A.	31/12/2025	8.820.647,82	8.820.647,82	8.820.647,82	1 dia	
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Saldo das contas corrente					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Santander (Brasil) S.A.	31/12/2025	155.000.000,00	155.000.000,00	155.000.000,00	1 dia	N/A
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Aplicações em depósitos interfinanceiro					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	31/12/2024	3.824.728,58	3.824.728,58	n/a	1 dia	n/a
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Saldo das contas corrente					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	31/12/2024	50.000.000,00	50.000.000,00	n/a	01 dia	n/a
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Aplicações em depósitos interfinanceiro					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e outros valores com instituições de crédito					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	31/12/2024	1.736.000.000,00	2.118.068.756,99	n/a	Indeterminado	(Tx média Op. Pré: 13,54%/ Tx média Op Pós: 106,97
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Empréstimo CDI Pré/ Pós (Tx média Op. Pré: 13,54%/ Tx média Op Pós: 106,97%					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Depósitos Interfinanceiros					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	31/12/2025	1.441.400.000,00	1.744.848.889,76	1.744.848.889,76	N/A	Tx média Op. Pré: 13,68%/ Tx média Op Pós: 106,32%
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Empréstimo CDI Pré/ Pós (Tx média Op. Pré: 13,68%/ Tx média Op Pós: 106,32%)					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Depósitos Interfinanceiros					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	31/12/2025	97.558.211,09	97.558.211,09	97.558.211,09	N/A	N/A
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Outros passivos financeiros - Dividendos e bonificações a pagar					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outros passivos financeiros					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Conselho de Administração e Diretoria Executiva	31/12/2019	310.000,00	310.000,00	310.000,00	-	0,000000
Relação com o emissor	Pessoal Chave da Administração					
Objeto contrato	Outras Obrigações - Remuneraçã					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Outras obrigações					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Conselho de Administração e Diretoria Executiva	31/12/2020	181.000,00	R\$ 181.000,00	R\$ 181.000,00	n/a	0,000000
Relação com o emissor	Pessoal Chave da Administração					
Objeto contrato	Outras Obrigações – Remuneraçã					
Garantia e seguros	n/a					
Rescisão ou extinção	n/a					
Natureza e razão para a operação	Outras Obrigações					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Conselho de Administração e Diretoria Executiva	31/12/2023	0,00	0	0	0	N/A
Relação com o emissor	Pessoal Chave da Administração					
Objeto contrato	Outras Obrigações – Remuneraçã					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras Obrigações					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Conselho de Administração e Diretoria Executiva	31/12/2025	638.000,00	638.000,00	638.000,00	N/A	N/A
Relação com o emissor	Pessoal Chave da Administração					
Objeto contrato	Outras Obrigações – Remuneraçã					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras Obrigações					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Corretora de Seguros Rci Brasil S.A	11/12/2023	32.860.000,05	33.044.334,83	33.044.334,83	25 meses	100% do CDI
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de câmbi					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Corretora de Seguros Rci Brasil S.A	05/09/2024	20.431.002,12	20.760.957,97	n/a	24 meses	100% do CDI
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de câmbi					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Corretora de Seguros Rci Brasil S.A	17/01/2025	49.165.009,34	52.346.493,41	52.346.493,41	25 meses	100% do CDI
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de câmbi					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A	30/08/2018	87.710.061,84	88.992.626,92	88.992.626,92	28 meses	0,000000
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de câmbi					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários (100% do CDI)					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A.	27/09/2019	74.391.000,01	75.560.326,12	75.560.326,12	25 meses	0,000000
Relação com o emissor	Empresas sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de câmbi					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários. 100% do CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2019	11.335.000,00	11.335.000,00	11.335.000,00	30 dias	0,000000
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outras Obrigações - Participação nos lucro					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Outras Obrigações - Participação nos lucros					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2019	2.584.000,00	2.584.000,00	2.584.000,00	30 dias	0,000000
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Empréstimos e adiantamentos a clientes - Juros Floor Pla					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2019	6.550.000,00	6.550.000,00	6.550.000,00	30 dias	0,000000
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outros ativos - Equalização de taxa de juro					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Outros ativos					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2023	1.502.692,33	1.502.692,33	1.502.692,33	30 dias	30 dias
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Empréstimos e adiantamentos a clientes - Juros Floor pla					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2023	19.332.462,03	19.332.462,03	19.332.462,03	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outros ativos - Equalização de taxa de juro					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outros ativos					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2023	31.741.208,40	31.741.208,40	31.741.208,40	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outras Obrigações - Participação nos lucro					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras Obrigações					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2023	34.482,60	34.482,60	34.482,60	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outras obrigações - Aluguel de veículos a paga					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras obrigações - Credores Diversos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2024	1.090.408,20	1.090.408,20	n/a	30 dias	n/a
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Empréstimos e adiantamentos a clientes - Juros Floor pla					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2024	17.065.548,22	17.065.548,22	n/a	30 dias	n/a
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outros ativos - Equalização de taxa de juro					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outros ativos					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2024	19.764.987,51	19.764.987,51	n/a	30 dias	n/a
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outras Obrigações - Participação nos lucro					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras Obrigações					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2024	18.704,95	18.704,95	n/a	30 dias	n/a
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outras obrigações - Aluguel de veículos a paga					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras obrigações - Credores Diversos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2025	810.876,76	810.876,76	810.876,76	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Empréstimos e adiantamentos a clientes - Juros Floor pla					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2025	33.375.607,67	33.375.607,67	33.375.607,67	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outros ativos - Equalização de taxa de juro					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outros ativos					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2025	20.523.263,71	20.523.263,71	20.523.263,71	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outras Obrigações - Participação nos lucro					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras Obrigações					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nissan do Brasil S.A.	31/12/2025	46.596,37	46.596,37	46.596,37	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outras obrigações - Aluguel de veículos a paga					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras obrigações - Credores Diversos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
RCI Banque	31/12/2019	4.227.000,00	4.227.000,00	4.227.000,00	30 dias	0,000000
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Outras obrigações - Refaturamento de despesa					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Outras obrigações					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
RCI Banque	31/12/2023	0,00	0	0	0	0
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Outros passivos financeiros - Dividendos e bonificações a paga					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
RCI BANQUE	31/12/2024	0,00	0,00	n/a	Não aplicável	n/a
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Outros passivos financeiros - Dividendos e bonificações a paga					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outros passivos financeiros					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
RCI BANQUE	31/12/2025	147.004.288,91	147.004.288,91	147.004.288,91	N/A	N/A
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Outros passivos financeiros - Dividendos e bonificações a pagar					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outros passivos financeiros					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
RCI BANQUE	31/12/2025	397.772,76	397.772,76	397.772,76	N/A	N/A
Relação com o emissor	Controlador em conjunto					
Objeto contrato	Outros passivos - Administrativa					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outros passivos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda	27/09/2023	123.679.000,09	125.611.701,73	125.611.701,73	25 meses	100% do CDI
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de câmbi					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rci Serviços e Participações	11/07/2024	265.740.000,81	272.290.692,05	n/a	25 meses	100% do CDI
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de câmbi					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rci Serviços e Participações	27/01/2025	117.140.000,06	117.140.000,06	119.879.942,13	25 meses	100% do CDI
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de câmbi					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
RCI Serviços e Participações	02/01/2018	169.896.000,00	174.200.537,17	174.200.537,17	26 meses	0,000000
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de Câmbi					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários. Taxa de juros 100,00% do CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.	31/12/2019	463.000,00	463.000,00	463.000,00	30 dias	0,000000
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Empréstimos e adiantamentos a clientes - Juros Floor Pla					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.	31/12/2020	337.000,00	R\$ 337.000,00	R\$ 337.000,00	30 dias	0,000000
Relação com o emissor	Empresas sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Empréstimos e adiantamentos a clientes - Juros Floor pla					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.	31/12/2020	337.000,00	R\$ 337.000,00	R\$ 337.000,00	30 dias	0,000000
Relação com o emissor	Empresas sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Empréstimos e adiantamentos a clientes - Juros Floor pla					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.	31/12/2024	1.134.502,17	1.134.502,17	n/a	30 dias	n/a
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Empréstimos e adiantamentos a clientes - Juros Floor pla					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.	31/12/2025	1.283.933,27	1.283.933,27	1.283.933,27	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Empréstimos e adiantamentos a clientes - Juros Floor pla					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2019	2.988.000,00	2.988.000,00	2.988.000,00	30 dias	0,000000
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Empréstimos e adiantamentos a clientes - Juros Floor Pla					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2017	75.852.000,00	75.852.000,00	75.852.000,00	30 dias	0,000000
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outros ativos - Equalização de taxa de juro					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Outros ativos					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2020	24.378.000,00	R\$ 24.378.000,00	R\$ 24.378.000,00	30 dias	0,000000
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outros ativos - Equalização de taxa de juro					
Garantia e seguros	n/a					
Rescisão ou extinção	n/a					
Natureza e razão para a operação	Outros ativos					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2020	17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	n/a	0,000000
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outras obrigações - Aluguel de veículos a paga					
Garantia e seguros	n/a					
Rescisão ou extinção	n/a					
Natureza e razão para a operação	Outras obrigações - Credores Diversos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	10/07/2019	348.000.000,00	350.825.150,61	358.324.000,00	6 meses	1,000000
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de câmbi					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2019	21.000,00	21.000,00	21.000,00	30 dias	0,000000
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outras obrigações - Aluguel de veículos a paga					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Outras Obrigações - Credores diversos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2023	636.153,92	636.153,92	636.153,92	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Empréstimos e adiantamentos a clientes - Juros Floor pla					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2023	30.186.669,39	30.186.669,39	30.186.669,39	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outros ativos - Equalização de taxa de juro					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outros ativos					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2023	21.067,87	21.067,87	21.067,87	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outras obrigações - Aluguel de veículos a paga					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras obrigações - Credores Diversos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2024	337.026,90	337.026,90	n/a	30 dias	n/a
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle.					
Objeto contrato	Empréstimos e adiantamentos a clientes - Juros Floor pla					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2024	62.173.040,20	62.173.040,20	n/a	30 dias	n/a
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outros ativos - Equalização de taxa de juro					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outros ativos					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2024	38.486,28	38.486,28	n/a	30 dias	n/a
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outras obrigações - Aluguel de veículos a paga					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras obrigações - Credores Diversos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	03/05/2024	5.000.000,00	5.360.245,70	n/a	16 meses	100% do CDI
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de câmbi					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2025	406.679,09	406.679,09	406.679,09	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Empréstimos e adiantamentos a clientes - Juros Floor pla					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2025	83.864.055,35	83.864.055,35	83.864.055,35	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outros ativos - Equalização de taxa de juro					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outros ativos					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2025	54.527,82	54.527,82	54.527,82	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outras obrigações - Aluguel de veículos a paga					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras obrigações - Credores Diversos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	31/12/2025	2.411.737,78	2.411.737,78	2.411.737,78	30 dias	N/A
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Outras Obrigações - Participação nos lucro					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Outras Obrigações					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Renault do Brasil S.A.	03/05/2024	5.000.000,00	6.150.458,30	6.150.458,30	4 meses	102,8% do CDI
Relação com o emissor	Empresa sob o mesmo controle					
Objeto contrato	Obrigações por títulos e valores mobiliários - Letras de câmbi					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Obrigações por títulos e valores mobiliários					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesse

Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado"

Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

As operações de empréstimos e outros valores com instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos de instituições de créditos, outros passivos financeiros, obrigações por títulos e valores mobiliários e remuneração de serviços entre o Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") e partes relacionadas são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado, em condições de comutatividade e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou a quaisquer outras partes. Além disso, as operações realizadas pela Companhia com partes relacionadas são parte do curso normal de suas atividades, conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

Medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia possui sua própria Política para Transações com Partes Relacionadas e também observa a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil").

Estas Políticas têm por objetivo estabelecer as regras a fim de assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas tendo em vista os interesses do Santander Brasil e de seus acionistas, observando valores, taxas e prazos usuais de mercado, em condições de comutatividade.

Nossos administradores, que eventualmente podem realizar operações com partes relacionadas, são obrigados pela política a assinarem um documento afirmando que receberam, leram e se comprometem a seguir a Política para Transações com Partes Relacionadas. No caso de não manifestação voluntária do administrador em operações que podem apresentar conflito de interesse, tal ausência de atitude é considerada uma violação da política de conflitos de interesse, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação de eventual ação corretiva.

Outro mecanismo utilizado para tratar o conflito de interesse ocorre quando o Santander Brasil venha a celebrar uma operação com (a) algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário; ou (b) sociedade de que as pessoas mencionadas no item (a) sejam sócias ou acionistas com mais de 20% e que não caracterize uma operação cotidiana ou de uma prestação de serviços, a operação deve ser embasada por laudo de avaliação emitido por empresa de primeira linha não envolvida na operação, evidenciando que referida operação será realizada em condições de mercado; e que a operação deve ser conduzida pelos canais habitualmente competentes na estrutura da Companhia.

A política também prevê que todos os contratos com partes relacionadas são objeto de auditoria sistemática pelos auditores internos e externos da Companhia e seus pareceres serão submetidos ao Comitê de Auditoria do Santander Brasil.

Caráter estritamente comutativo das condições pactuadas

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Nos termos da Política para Transações com Partes Relacionadas, os valores, taxas e prazos usuais de mercado praticados pela Companhia em transações com partes relacionadas são realizadas em condições estritamente comutativas.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/01/2016	Não se aplica	985.225.329,78	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
202.512	201.941	404.453	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/01/2016	Não se aplica	985.225.329,78	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
202.512	201.941	404.453	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/01/2016		985.225.329,78	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
202.512	201.941	404.453	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 Emissores Estrangeiros – Direitos e Regras

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é emissora estrangeira.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	9ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	26/02/2019
Data de vencimento	26/02/2024
Quantidade	100
Valor nominal global R\$	15.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	16.266.791,39
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 60 (sessenta) meses para a 1ª Série, contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 107,50% (cento e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 9ª Emissão de Letras Financeiras, observada a Instrução CVM 583/16. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 9ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	11ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	15/05/2019
Data de vencimento	03/06/2022
Quantidade	155
Valor nominal global R\$	31.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 36 (trinta e seis) meses para a 1ª Série. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 104,10% (cento e quatro inteiros e dez centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 11ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 11ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	12ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	21/05/2019
Data de vencimento	02/06/2021
Quantidade	500
Valor nominal global R\$	100.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	106.567.265,97
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 103,20% (cento e três inteiros e vinte centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 12ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 12ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	13ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	25/09/2019
Data de vencimento	26/09/2023
Quantidade	4
Valor nominal global R\$	1.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.064.049,52
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 103,20% (cento e três inteiros e vinte centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 13ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 13ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	14ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	18/07/2019
Data de vencimento	18/07/2024
Quantidade	3.667
Valor nominal global R\$	550.050.000,00
Saldo Devedor em Aberto	580.483.971,35
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série; (b) em 36 (trinta e seis) meses para a 2ª Série; (c) 48 (quarenta e oito) meses para a 3ª Série; e (d) em 60 (sessenta) meses para a 4ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 103,80% (cento e três inteiros e oitenta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 104,90% (cento e quatro inteiros e noventa centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 106,00% (cento e seis por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 4ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 107,40% (cento e sete inteiros e quarenta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 14ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	<p>Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 14ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.</p>
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	15ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	25/09/2019
Data de vencimento	26/09/2023
Quantidade	250
Valor nominal global R\$	50.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	52.383.532,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 48 (quarenta e oito) meses para a 1ª Série; contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 15ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	<p>Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 15ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografária.</p>
<hr/>	
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	16ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	27/09/2019
Data de vencimento	27/09/2023
Quantidade	1.300
Valor nominal global R\$	210.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	219.632.867,42
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 36 (trinta e seis) meses para a 1ª Série; (b) em 48 (quarenta e oito) meses para a 2ª Série; todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 16ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 16ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.
<hr style="border-top: 1px dashed black;"/>	
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	17ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	01/10/2019
Data de vencimento	30/10/2022
Quantidade	440
Valor nominal global R\$	22.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	22.941.234,97
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 36 (trinta e seis) meses para a 1ª Série, contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 106,20% (cento e seis inteiros e vinte centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 17ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 17ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.
<hr/>	
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	18ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	10/02/2020
Data de vencimento	10/02/2023
Quantidade	1.000
Valor nominal global R\$	50.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	51.591.792,84
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 36 (trinta e seis) meses para a 1ª Série. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 18ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 18ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.
<hr/>	
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	19ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	12/02/2020
Data de vencimento	13/02/2023
Quantidade	250
Valor nominal global R\$	50.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	51.572.351,67
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 36 (trinta e seis) meses para a 1ª Série; contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 19ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 19ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.
<hr/>	
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	20ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	17/02/2020
Data de vencimento	17/02/2023
Quantidade	250
Valor nominal global R\$	50.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	51.540.411,68
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 36 (trinta e seis) meses para a 1ª Série; contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 20ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 20ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.
<hr/>	
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	21ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	24/04/2020
Data de vencimento	20/12/2022
Quantidade	334
Valor nominal global R\$	50.100.000,00
Saldo Devedor em Aberto	52.045.770,16
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 32 (trinta e dois) meses para a 1ª Série; contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 21ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 21ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	22ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	27/04/2020
Data de vencimento	27/04/2023
Quantidade	400
Valor nominal global R\$	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	207.762.702,46
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série; (b) em 30 (trinta) meses para a 2ª Série; (c) 36 (trinta e seis) meses para a 3ª Série; todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 22ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 22ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	23ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	16/10/2020
Data de vencimento	16/10/2024

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade	9.281
Valor nominal global R\$	464.050.000,00
Saldo Devedor em Aberto	467.516.984,38
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série; (b) em 36 (trinta e seis) meses para a 2ª Série; (c) 48 (quarenta e oito) meses para a 3ª Série; e (d) em 60 (sessenta) meses para a 4ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 23ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	<p>Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 23ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.</p>
<hr/>	
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	8ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	13/05/2019
Data de vencimento	03/06/2022
Quantidade	125
Valor nominal global R\$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,02
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série; (b) em 36 (trinta e seis) meses para a 2ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 103,20% (cento e três inteiros e vinte centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 104,10% (cento e quatro inteiros e dez centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 10ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 10ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	24ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	22/10/2020
Data de vencimento	16/11/2022
Quantidade	48
Valor nominal global R\$	2.400.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.414.768,92
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série; contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 24ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 24ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	18/04/2018
Data de vencimento	18/04/2022
Quantidade	4.000
Valor nominal global R\$	600.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	504.237.407,51
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª; (b) em 36 (trinta e seis) meses para a 2ª Série; e (c) 48 (quarenta e oito) meses para a 3ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 103,20% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 104% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 106% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 6ª Emissão de Letras Financeiras, observada a Instrução CVM 583/16. É devida ao agente fiduciário a remuneração a ser paga em parcelas anuais de R\$9.000,00. O Agente tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% das letras financeiras em circulação. As alterações referentes aos eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 6ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de Letras Financeiras que representem, no mínimo, 75% das Letras Financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografária.

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	10ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	13/05/2019
Data de vencimento	03/06/2022
Quantidade	125
Valor nominal global R\$	25.450.000,00
Saldo Devedor em Aberto	27.167.743,52
Restrição a circulação	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Letras Financeiras não contam com garantias de nenhuma natureza (espécie quirografária), foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, as Letras Financeiras da 1ª série terão prazo de vencimento de 25 (vinte e cinco) meses, contados da Data de Emissão a ser estabelecida no Instrumento de Emissão (“Data de Vencimento da 1ª Série”); as Letras Financeiras da 2ª série terão prazo de vencimento de 36 (trinta e seis) meses, contados da Data de Emissão a ser estabelecida no Instrumento de Emissão (“Data de Vencimento da 2ª Série”); e as Letras Financeiras da 3ª série terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data de Emissão a ser estabelecida. (a) as Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI - Depósitos Interfinanceiros, de um dia, over extra grupo (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br), acrescida de uma sobretaxa limitada a 2,00% a.a. (dois inteiros por cento ao ano), a ser fixada de acordo com o Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento (“Remuneração da 1ª Série”). A Remuneração da 1ª Série será devida em uma única parcela na Data de Vencimento da 1ª Série; (b) as Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br), acrescida de uma sobretaxa limitada a 2,40% a.a. (dois inteiros e quarenta centésimos por cento ao ano), a ser fixada de acordo com o Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento (“Remuneração da 2ª Série”). A Remuneração da 2ª Série será devida em uma única parcela na Data de Vencimento da 2ª Série; e (c) as Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br), acrescida de uma sobretaxa limitada a 2,85% a.a. (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento ao ano), a ser fixada de acordo com o Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento (“Remuneração da 3ª Série”, referida, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série e com a Remuneração da 2ª Série, “Remuneração”). A Remuneração da 3ª Série será devida em uma única parcela na Data de Vencimento da 3ª Série.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por titulares representando no mínimo mais de 75% das letras financeiras em circulação.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 10ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de Letras Financeiras que representem, no mínimo, 75% das Letras Financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografária.
<hr/>	
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	20/09/2018
Data de vencimento	20/09/2022
Quantidade	4.000
Valor nominal global R\$	600.000,00
Saldo Devedor em Aberto	338.390.620,89
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série; (b) em 36 (trinta e seis) meses para a 2ª Série; e (c) 48 (quarenta e oito) meses para a 3ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 103,50% (cento e três inteiros e cinquenta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 104,60% (cento e quatro inteiros e sessenta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 106,00% (cento e seis por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 7ª Emissão de Letras Financeiras, observada a Instrução CVM 583/16. O Agente tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes aos eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 7ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia; e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografária.

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	14ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	25/09/2023
Data de vencimento	02/11/2025
Quantidade	14.000
Valor nominal global R\$	700.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	707.207.088,36
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série; e (b) em 36 (trinta e seis) meses para a 2ª Série; todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,85% (zero ponto oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cento e seis por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 1,05% (um ponto cinco centésimos por cento) ao ano. As Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cento e seis por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 1,25% (um ponto vinte e cinco centésimos por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 14ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografária.

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	12ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	29/03/2022

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de vencimento	29/04/2024
Quantidade	3.440
Valor nominal global R\$	750.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série; (b) em 36 (trinta e seis) meses para a 2ª Série; (c) 48 (quarenta e oito) meses para a 3ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 1,05% (um ponto zero cinco centésimos por cento) ao ano. As Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cento e seis por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 1,25% (um ponto vinte e cinco centésimos por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 12ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 9ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	13ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	29/03/2022
Data de vencimento	29/04/2024
Quantidade	3.440
Valor nominal global R\$	750.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série; (b) em 36 (trinta e seis) meses para a 2ª Série; (c) 48 (quarenta e oito) meses para a 3ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 1,05% (um ponto zero cinco centésimos por cento) ao ano. As Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cento e seis por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 1,25% (um ponto vinte e cinco centésimos por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 12ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 9ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.

Valor mobiliário

Letras Financeiras

Identificação do valor mobiliário

15ª Emissão de Letras Financeiras

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	10/04/2024
Data de vencimento	09/05/2026
Quantidade	14.000
Valor nominal global R\$	700.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série; (b) em 36 (trinta e seis) meses para a 2ª Série; (c) 48 (quarenta e oito) meses para a 3ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,70% (setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis. As Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 15ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação</p>
Outras características relevantes	<p>As outras informações relevantes para a operação podem ser obtidas através do Documento de Informações Essenciais da 15ª Emissão de Letras Financeiras pelo Banco RCI Brasil S/A, disponível no site https://www.mobilize-fs.com.br/relacao-com-investidores/ofertas-publicas/, através do link https://www.mobilize-fs.com.br/wp-content/uploads/2024/04/LF-Mobilize-15%C2%B0-Emissao-DIE-09042024.pdf</p>
Valor mobiliário	Letras Financeiras

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	721.000.000,00
Data de emissão	10/04/2024
Data de vencimento	10/04/2026
Quantidade	14.420
Valor nominal global R\$	721.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	780.433.461,20
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 24 (vinte e quatro) meses para a 1ª Série; (b) em 25 (vinte e cinco) meses para a 2ª Série; (c) 36 (trinta e seis) meses para a 3ª Série, (d) 48 (quarenta e oito) meses para a 4ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,58% (zero virgula cinquenta e oito por cento) ao ano. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,60% (zero virgula sessenta por cento) ao ano. As Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,70% (zero virgula setenta por cento) ao ano. As Letras Financeiras da 4ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,90% (zero virgula noventa por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 46ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	<p>Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 46ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografária.</p>
<hr/>	
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	47ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	09/09/2024
Data de vencimento	09/09/2026
Quantidade	4.000
Valor nominal global R\$	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	206.937.124,03
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 24 (vinte e quatro) meses para a 1ª Série; (b) em 36 (trinta e seis) meses para a 2ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,30% (zero virgula trinta por cento) ao ano. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,50% (zero virgula cinquenta por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 47ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 47ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	48ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	08/11/2024
Data de vencimento	07/11/2028
Quantidade	14.000
Valor nominal global R\$	700.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	711.128.049,90
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série; (b) em 36 (trinta e seis) meses para a 2ª Série; (c) 48 (quarenta e oito) meses para a 3ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,35% (zero virgula trinta e cinco por cento) ao ano. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,50% (zero virgula cinquenta por cento) ao ano. As Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,65% (zero virgula sessenta e cinco por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 48ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 48ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.

Valor mobiliário

Letras Financeiras

Identificação do valor mobiliário

49ª Emissão de Letras Financeiras

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	04/12/2024
Data de vencimento	22/11/2028
Quantidade	3.000
Valor nominal global R\$	150.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	151.271.474,34
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 47 (quarenta e sete) meses para a 1ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,64% (zero virgula sessenta e quatro por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 49ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 49ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	50ª Emissão de Letras Financeiras

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	06/12/2024
Data de vencimento	05/10/2028
Quantidade	400
Valor nominal global R\$	20.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	20.151.923,47
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 46 (quarenta e seis) meses para a 1ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,64% (zero virgula sessenta e quatro por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 50ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 50ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	51ª Emissão de Letras Financeiras

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	12/12/2024
Data de vencimento	27/10/2028
Quantidade	2.000
Valor nominal global R\$	100.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	100.580.330,09
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 46 (quarenta e seis) meses para a 1ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,64% (zero virgula sessenta e quatro por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 51ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 51ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	52ª Emissão de Letras Financeiras

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	20/01/2025
Data de vencimento	10/02/2027
Quantidade	3.200
Valor nominal global R\$	160.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	182.477.999,42
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 46 (quarenta e seis) meses para a 1ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,64% (zero virgula sessenta e quatro por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 51ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 51ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	53ª Emissão de Letras Financeiras

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	23/01/2025
Data de vencimento	23/02/2027
Quantidade	6.200
Valor nominal global R\$	310.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	353.243.847,71
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 46 (quarenta e seis) meses para a 1ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,64% (zero virgula sessenta e quatro por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 51ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 51ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	54ª Emissão de Letras Financeiras

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	25/04/2025
Data de vencimento	25/05/2027
Quantidade	14.000
Valor nominal global R\$	700.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	772.710.128,81
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série; (b) em 36 (trinta e seis) meses para a 2ª Série; (c) 48 (quarenta e oito) meses para a 3ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,35% (zero virgula trinta e cinco por cento) ao ano. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,50% (zero virgula cinquenta por cento) ao ano. As Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,65% (zero virgula sessenta e cinco por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 48ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	<p>Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 48ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografária.</p>
<hr/>	
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	55ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	30/07/2025
Data de vencimento	28/07/2028
Quantidade	3.960
Valor nominal global R\$	198.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	210.538.849,72
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 46 (quarenta e seis) meses para a 1ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,64% (zero virgula sessenta e quatro por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 51ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 51ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	56ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	26/09/2025
Data de vencimento	26/10/2027
Quantidade	13.997
Valor nominal global R\$	699.850.000,00
Saldo Devedor em Aberto	726.541.577,22
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 25 (vinte e cinco) meses para a 1ª Série; (b) em 36 (trinta e seis) meses para a 2ª Série; (c) 48 (quarenta e oito) meses para a 3ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,35% (zero virgula trinta e cinco por cento) ao ano. As Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,50% (zero virgula cinquenta por cento) ao ano. As Letras Financeiras da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,65% (zero virgula sessenta e cinco por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 48ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 48ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografária.

Valor mobiliário

Letras Financeiras

Identificação do valor mobiliário

57ª Emissão de Letras Financeiras

Data de emissão

02/12/2025

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de vencimento	04/12/2028
Quantidade	3.100
Valor nominal global R\$	155.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	156.772.220,06
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 46 (quarenta e seis) meses para a 1ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,64% (zero virgula sessenta e quatro por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 51ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 51ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografária.
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	58ª Emissão de Letras Financeiras
Data de emissão	05/12/2025

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de vencimento	05/12/2028
Quantidade	4.000
Valor nominal global R\$	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	201.945.315,13
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Letras Financeiras não contam com garantias reais ou pessoais, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com vencimento: (a) em 46 (quarenta e seis) meses para a 1ª Série, todos contados da data de emissão. As Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, base 252 (duzentos e cinquenta e dois), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, acrescidas da sobretaxa de 0,64% (zero virgula sessenta e quatro por cento) ao ano. Agente de Letras Financeiras: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cujos direitos e obrigações estão estabelecidos nos termos do Instrumento Particular de 51ª Emissão de Letras Financeiras. O Agente de Letras Financeiras tem o dever de proteger os direitos e interesses dos titulares das Letras Financeiras, além de outros deveres previstos em lei, e em ato normativo da CVM.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares das letras financeiras poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das letras financeiras. Cada letra financeira em circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, cujas deliberações, em geral, serão tomadas por debenturistas representando no mínimo mais de 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. As alterações referentes a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do instrumento de emissão, quóruns e cláusulas de eventos de crédito, deverão ser aprovados por titulares das letras financeiras representando no mínimo 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Condições de Vencimento Antecipado. As condições de vencimento antecipado da 51ª Emissão de Letras Financeiras estão descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência. Eventuais Restrições Impostas à Companhia. Em relação às restrições a operações societárias, é causa de evento de crédito, onde pode ser declarado vencimento antecipado a: (i) alteração, alienação ou oneração do controle da Companhia que resulte na diminuição do rating da Companhia, e/ou (ii) incorporação da Companhia ou de ações de sua emissão por outra sociedade, fusão da Companhia com outra sociedade ou cisão da Companhia, desde que tais operações (a) resultem na transferência do controle direto e/ou indireto da Companhia; e/ou (b) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações decorrentes das letras financeiras, sem a aprovação, prévia e escrita, de titulares de letras financeiras que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das letras financeiras em circulação. Não há outras restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, não havendo nenhum covenant (incluindo covenant financeiro) em nenhum dos documentos de emissão de valores mobiliários da Companhia. Espécie. Quirografia.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Letras Financeiras	0	278	278

12.5 Mercados de negociação no Brasil

Os valores mobiliários de emissão do Banco RCI Brasil S.A. são admitidos a negociação na B3 sob o código 54587.40-7.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que o Banco RCI Brasil S.A. não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, o Banco RCI Brasil S.A. não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.**
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.**
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.**

O Banco RCI Brasil S.A. ("Companhia") justifica o não preenchimento do item 12.8 por se tratar de campo facultativo para emissores da categoria "B".

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Outras informações relevantes

A Companhia entende que não há outras informações relevantes.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
José Luis Medina Del Río	Diretor Presidente
Cezar Augusto Janikian	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	José Luis Medina Del Río
Cargo do responsável	Diretor Presidente
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cezar Augusto Janikian
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados declaram que:

- a. reviram o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80 de 2022, em especial aos artigos. 15 a 20; e,
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

José Luis Medina Del Río, espanhol, casado, economista, portador do passaporte nº PAH308900, e inscrito no CPF sob o nº 900.952.648-84, com endereço comercial na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com endereço comercial na Rua Pasteur, 463, 1º andar, conjunto 101, Batel, CEP 80250-080, na qualidade de Diretor Presidente do **BANCO RCI BRASIL S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, 463 1º andar, conjunto 101, Batel, CEP 80.250.080, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 62.307.848.0001-15 (“Companhia”), para fins do item 13.1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80 de 2022, em especial aos artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

José Luis Medina Del Río

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Cezar Augusto Janikian, brasileiro, casado, economista, titular da cédula de identidade R.G. n.º 9.866.608-3 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o n.º 176.648.118-30, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek n.º 2041, conjunto 281, Cond. WTorre JK, Vila Nova Conceição, CEP04341-011, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores do **BANCO RCI BRASIL S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, 463 1º andar, conjunto 101, Batel, CEP 80.250.080, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 62.307.848.0001-15 (“Companhia”), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM n.º 80/22, em especial aos artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Cezar Augusto Janikian

Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	José Luis Medina Del Río
Cargo do responsável	Diretor Presidente
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cezar Augusto Janikian
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados declaram que:

- reviram o formulário de referência;
- todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80 de 2022, em especial aos artigos. 15 a 20; e,
- o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

José Luis Medina Del Río, espanhol, casado, economista, portador do passaporte nº PAH308900, e inscrito no CPF sob o nº 900.952.648-84, com endereço comercial na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com endereço comercial na Rua Pasteur, 463, 1º andar, conjunto 101, Batel, CEP 80250-080, na qualidade de Diretor Presidente do **BANCO RCI BRASIL S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, 463 1º andar, conjunto 101, Batel, CEP 80.250.080, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 62.307.848.0001-15 (“Companhia”), para fins do item 13.1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80 de 2022, em especial aos artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

José Luis Medina Del Río

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Cezar Augusto Janikian, brasileiro, casado, economista, titular da cédula de identidade R.G. n.º 9.866.608-3 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o n.º 176.648.118-30, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek n.º 2041, conjunto 281, Cond. WTorre JK, Vila Nova Conceição, CEP04341-011, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores do **BANCO RCI BRASIL S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, 463 1º andar, conjunto 101, Batel, CEP 80.250.080, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 62.307.848.0001-15 (“Companhia”), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM n.º 80/22, em especial aos artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Cezar Augusto Janikian

Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.